

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	98
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	240.210
Preferenciais	0
Total	240.210
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	17.006.989	16.228.463
1.01	Ativo Circulante	3.888.381	3.843.829
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	468.539	240.971
1.01.02	Aplicações Financeiras	122.563	116.718
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	122.563	116.718
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	122.563	116.718
1.01.03	Contas a Receber	1.900.537	2.039.645
1.01.03.01	Clientes	1.900.537	2.039.645
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	3.526.702	3.439.987
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.626.165	-1.400.342
1.01.06	Tributos a Recuperar	856.330	809.881
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	856.330	809.881
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	284.627	221.647
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	571.703	588.234
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	540.412	636.614
1.01.08.03	Outros	540.412	636.614
1.01.08.03.01	Serviço em curso	47.632	47.816
1.01.08.03.02	Outros Créditos	208.176	167.387
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos - swap	2.239	18.141
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	28.190	95.367
1.01.08.03.05	Ativos financeiros setoriais	254.175	307.903
1.02	Ativo Não Circulante	13.118.608	12.384.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.643.796	9.851.324
1.02.01.04	Contas a Receber	166.861	56.989
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	166.861	56.989
1.02.01.07	Tributos Diferidos	435.948	268.169
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	435.948	268.169
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.040.987	9.526.166
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	2.804.842	2.881.905
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a litígios	234.199	261.823
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	5.897.631	5.287.315
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	40.109
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	0	98.958
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	1.104.315	956.056
1.02.03	Imobilizado	109.487	106.659
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	109.487	106.659
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	43.111	38.300
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	41.285	36.254
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	25.091	32.105
1.02.04	Intangível	2.365.325	2.426.651
1.02.04.01	Intangíveis	2.365.325	2.426.651
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.222.300	2.293.370
1.02.04.01.02	Softwares	141.885	131.631
1.02.04.01.03	Bens de renda	1.140	1.650

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	17.006.989	16.228.463
2.01	Passivo Circulante	5.222.254	5.591.777
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	59.721	65.536
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	59.721	65.536
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	59.721	65.536
2.01.02	Fornecedores	1.211.985	1.358.499
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.211.985	1.358.499
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.065.481	1.237.208
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	146.504	121.291
2.01.03	Obrigações Fiscais	172.093	191.988
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	60.751	68.345
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	60.751	68.345
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	102.675	117.413
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.667	6.230
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.600.011	3.103.069
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.600.011	3.103.069
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.496.376	1.863.578
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.103.635	1.239.491
2.01.05	Outras Obrigações	1.178.444	872.199
2.01.05.02	Outros	1.178.444	872.199
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos -swap	348.009	59.340
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	77.771	77.771
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	209.778	197.542
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	103.819	82.687
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	16.545	18.358
2.01.05.02.13	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	422.522	436.501
2.01.06	Provisões	0	486
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	486
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	486
2.02	Passivo Não Circulante	7.019.848	6.923.723
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.402.570	2.872.962
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.402.570	2.872.962
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	750.000	983.440
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.652.570	1.889.522
2.02.02	Outras Obrigações	3.912.484	3.388.863
2.02.02.02	Outros	3.912.484	3.388.863
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	310.486	348.582
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Setorial	232.581	0
2.02.02.02.06	Outras obrigações	2.510	4.846
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos -swap	261.536	13.976
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	21.955	43.305
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	27.845	23.161
2.02.02.02.10	Outras obrigações fiscais	140.894	140.571
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.914.677	2.814.422
2.02.04	Provisões	704.794	661.898

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	704.794	661.898
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	24.756	23.991
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	334.034	331.190
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	339.164	297.845
2.02.04.01.05	Provisões regulatórias	1.769	1.693
2.02.04.01.06	Outras provisões	5.071	7.179
2.03	Patrimônio Líquido	4.764.887	3.712.963
2.03.01	Capital Social Realizado	3.649.048	2.498.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	1.218.709	1.218.709
2.03.04.01	Reserva Legal	142.520	142.520
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.076.189	1.076.189
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-52.497	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-73.627	-27.230
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - swap	-73.627	-27.230

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.803.808	3.930.463	1.875.544	3.760.898
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.574.873	-3.222.793	-1.611.910	-3.170.139
3.03	Resultado Bruto	228.935	707.670	263.634	590.759
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-162.030	-420.598	-237.438	-426.010
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.555	-9.645	-6.946	-7.068
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.141	-152.375	-41.894	-100.339
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.058	53.007	1.205	2.481
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	66.905	287.072	26.196	164.749
3.06	Resultado Financeiro	-206.537	-363.059	-78.264	-148.201
3.06.01	Receitas Financeiras	364.485	488.925	3.901	652.057
3.06.02	Despesas Financeiras	-571.022	-851.984	-82.165	-800.258
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-139.632	-75.987	-52.068	16.548
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	48.053	23.490	-9.085	-32.274
3.08.01	Corrente	48.561	-120.388	-55.379	-118.821
3.08.02	Diferido	-508	143.878	46.294	86.547
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-91.579	-52.497	-61.153	-15.726
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-91.579	-52.497	-61.153	-15.726
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,38125	-0,24542	-0,36699	-0,09437

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-91.579	-52.497	-61.153	-15.726
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-26.160	-46.397	105.015	71.801
4.02.01	Ganho/perda atuarial em benefícios pós emprego	-15.589	-15.589	112.241	112.241
4.02.02	Tributos diferidos sobre Ganho/perda atuarial em fundo de pensão	5.300	5.300	-38.162	-38.162
4.02.03	Ganho/perda em instrumentos financeiros	-24.047	-54.709	46.872	-3.452
4.02.04	Tributos diferidos sobre Ganho/perda em instrumento financeiro derivativos	8.176	18.601	-15.936	1.174
4.03	Resultado Abrangente do Período	-117.739	-98.894	43.862	56.075

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2022 à 30/06/2022	Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	480.850	-212.334
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	648.230	565.952
6.01.01.01	Lucro do período	-52.497	-15.726
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	311.585	321.084
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	278.016	249.227
6.01.01.04	Provisões e atualizações monetárias para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórias	65.639	39.496
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	-145.298	87.881
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-291.811	-171.319
6.01.01.07	Valor Residual do ativo Imobilizado e ativo Intangível baixado	10.488	0
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-143.878	-86.547
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	13.739	19.957
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-43.902	-10.423
6.01.01.12	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	559.304	42.854
6.01.01.13	Outros	86.845	89.468
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	238.083	-524.090
6.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	-369.194	-384.179
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	196.588	-116.466
6.01.02.03	Taxas regulamentares	-2.421	36.680
6.01.02.04	Tributos a Compensar	105.286	6.425
6.01.02.06	Passivos financeiros setoriais	232.581	-141.593
6.01.02.07	Depositos Vinculados	27.624	-8.115
6.01.02.08	Outros Créditos	-40.789	-115.154
6.01.02.09	Fornecedores	-146.514	182.044
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-5.815	-4.159
6.01.02.11	Obrigações Fiscais	150.657	76.653
6.01.02.12	Serviços em Curso	184	-2.763
6.01.02.13	Subvenção CDE	68.394	1.686
6.01.02.16	Outros Passivos	9.898	-30.359
6.01.02.17	Outros tributos compensáveis	-74.185	-3.255.380
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-487	23.367
6.01.02.19	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	86.276	3.207.223
6.01.03	Outros	-405.463	-254.196
6.01.03.01	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-67.424	-62.456
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-170.229	-94.829
6.01.03.03	Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	-49.634	-41.441
6.01.03.04	Recebimento (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	-21.772	2.849
6.01.03.05	Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	-93.708	-56.983
6.01.03.06	Pagamento de juros de arrendamento	-2.696	-1.336
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-689.448	-458.637
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	-5.845	17.902
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-683.603	-476.539

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	436.166	321.421
6.03.01	Captação de Debêntures	1.150.818	0
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos.	180.880	910.000
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos.	-886.610	-814.331
6.03.09	Pagamento de instrumento financeiro derivativo	0	232.565
6.03.10	Pagamento de arrendamentos financeiros	-8.922	-6.813
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	227.568	-349.550
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	240.971	566.686
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	468.539	217.136

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.498.230	23.254	1.218.709	0	-27.230	3.712.963
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.498.230	23.254	1.218.709	0	-27.230	3.712.963
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.150.818	0	0	0	0	1.150.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-52.497	-46.397	-98.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-52.497	0	-52.497
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-46.397	-46.397
5.05.02.06	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-15.589	-15.589
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre ganho benefícios pós-emprego	0	0	0	0	5.300	5.300
5.05.02.08	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-54.709	-54.709
5.05.02.09	Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	18.601	18.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.498.230	23.254	1.068.340	0	1.411	3.591.235
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.498.230	23.254	1.068.340	0	1.411	3.591.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.726	71.801	56.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.726	0	-15.726
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	71.801	71.801
5.05.02.06	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	112.241	112.241
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre ganho benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-38.162	-38.162
5.05.02.08	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-3.452	-3.452
5.05.02.09	Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	1.174	1.174
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.498.230	23.254	1.068.340	-15.726	73.212	3.647.310

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	6.612.468	5.820.231
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.103.391	5.591.702
7.01.02	Outras Receitas	53.007	2.481
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	680.810	457.664
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-224.740	-231.616
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.293.935	-3.222.066
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.087.750	-3.036.603
7.02.04	Outros	-206.185	-185.463
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-206.185	-185.463
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.318.533	2.598.165
7.04	Retenções	-278.016	-249.227
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-278.016	-249.227
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.040.517	2.348.938
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	488.925	652.057
7.06.02	Receitas Financeiras	488.925	652.057
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.529.442	3.000.995
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.529.442	3.000.995
7.08.01	Pessoal	101.245	109.235
7.08.01.01	Remuneração Direta	67.346	57.648
7.08.01.02	Benefícios	14.748	26.047
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.253	3.198
7.08.01.04	Outros	15.898	22.342
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	4.618	4.374
7.08.01.04.02	Previdência Privada	3.981	3.931
7.08.01.04.03	Participação nos resultados	7.299	14.037
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.629.702	2.106.147
7.08.02.01	Federais	1.106.395	812.964
7.08.02.02	Estaduais	1.518.463	1.288.989
7.08.02.03	Municipais	4.844	4.194
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	850.992	801.339
7.08.03.01	Juros	851.984	800.258
7.08.03.02	Aluguéis	-992	1.081
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-52.497	-15.726
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-52.497	-15.726

Comentário do Desempenho

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia") [B3: CBEE3], distribuidora de energia elétrica, concessionária de serviço público federal, cuja área de concessão abrange 73% do território do estado do Rio de Janeiro, cobrindo 66 municípios, e atendendo 3,0 milhões de clientes, divulga o seu resultado do segundo trimestre de 2022 ("2T22"). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.845	2.890	-1,6%	3.055	-6,9%	5.895	5.710	3,2%
Receita Bruta (R\$ mil)	3.044.156	3.045.673	-0,0%	3.740.045	-18,6%	6.784.201	6.049.366	12,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.803.808	1.875.544	-3,8%	2.126.655	-15,2%	3.930.463	3.760.898	4,5%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	196.383	140.248	40,0%	351.449	-44,1%	547.832	398.161	37,6%
Margem EBITDA (%)*	10,89%	7,48%	3,41 p.p	16,53%	-5,64 p.p	13,94%	10,59%	3,35 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	13,64%	8,82%	4,82 p.p	19,42%	-5,78 p.p	16,86%	12,05%	4,81 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	66.905	26.196	>100,0%	220.167	-69,6%	287.072	164.749	74,2%
Margem EBIT (%)*	3,71%	1,40%	2,31 p.p	10,35%	-6,64 p.p	7,30%	4,38%	2,92 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(91.579)	(61.153)	49,8%	39.082	<-100,0%	(52.497)	(15.726)	>100,0%
Margem Líquida	-5,08%	-3,26%	-1,82 p.p	1,84%	-6,92 p.p	-1,34%	-0,42%	-0,92 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-6,36%	-3,85%	-2,51 p.p	2,16%	-8,52 p.p	-1,62%	-0,48%	-1,14 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	348.298	306.046	13,8%	299.759	16,2%	648.057	445.026	45,6%
DEC (12 meses)*	10,39	10,18	2,1%	10,01	3,8%	10,39	10,18	2,1%
FEC (12 meses)*	5,04	5,71	-11,7%	5,00	0,8%	5,04	5,71	-11,7%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	93,77%	94,25%	-0,48 p.p	93,39%	0,38 p.p	93,77%	94,25%	-0,48 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	20,92%	23,89%	-2,97 p.p	20,88%	0,04 p.p	20,92%	23,89%	-2,97 p.p
Nº de Consumidores Efetivos Faturados*	3.042.059	2.765.573	10,0%	3.030.391	0,4%	3.084.237	3.010.693	2,4%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	975	1.016	-4,0%	966	0,9%	975	1.016	-4,0%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	245	270	-9,3%	241	1,7%	508	537	-5,4%
PMSO (4)/Consumidor*	123,35	143,85	-14,3%	148,66	-17,0%	276,91	254,36	9,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	262	259	1,2%	239	9,6%	239	259	-7,7%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.610	10.681	8,7%	12.668	-8,4%	11.610	10.681	8,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22, (2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações
(3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,0 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de aproximadamente 7,0 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS

	2T22	2T21	Var. %
Área de Concessão (km ²)	32.615	32.615	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	6.876.926	7.063.585	-2,6%
Consumidores Efetivos Faturados (Unid.)	3.042.059	2.765.573	10,0%
Linhas de Distribuição (Km)	58.011	57.539	0,8%
Linhas de Transmissão (Km)	3.458	3.454	0,1%
Subestações (Unid.)	127	127	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.361	11.356	0,0%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,44%	3,18%	0,26 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,25%	2,27%	-0,02 p.p

(1) Fonte: Para ambos os trimestres, utilizamos o resultado das estimativas da população divulgados anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



Mercado Bursátil

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 2T22.

Comentário do Desempenho

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)
Ordinárias - ON (CBEE3)	19,21	24,90	-22,9%	21,92	-12,4%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

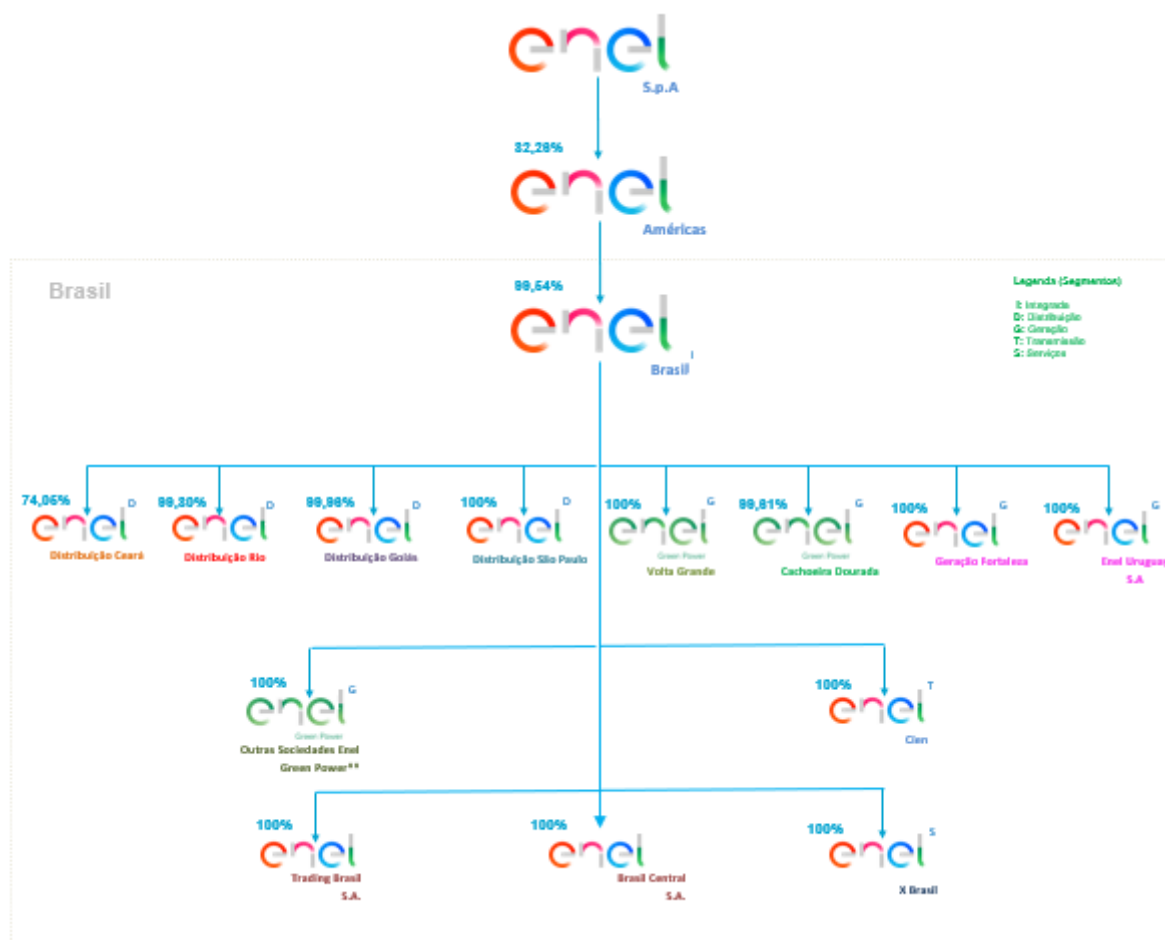
A Enel Distribuição Rio é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/06/2022)

	ON (1)	%	TOTAL	%
Controladores	239.730.313	99,80%	239.730.313	99,80%
Enel Brasil	239.730.313	99,80%	239.730.313	99,80%
Não Controladores	479.608	0,20%	479.608	0,20%
Outros	479.608	0,20%	479.608	0,20%
Totais	240.209.921	100,00%	240.209.921	100,00%

(1) As ações ordinárias possuem *Tag Along* de 80%

Posição em 30 de junho de 2022



**Contempla as empresas e SPEs da Enel Green Power incorporada em 04/11/2021

Comentário do Desempenho

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Mercado Cativo	3.041.220	2.764.850	10,0%	3.029.577	0,4%	3.041.220	2.764.850	10,0%
Residencial - Convencional	2.597.718	2.412.391	7,7%	2.562.986	1,4%	2.597.718	2.412.391	7,7%
Residencial - Baixa Renda	221.157	143.399	54,2%	246.621	-10,3%	221.157	143.399	54,2%
Industrial	3.700	3.106	19,1%	3.634	1,8%	3.700	3.106	19,1%
Comercial	134.982	125.137	7,9%	133.683	1,0%	134.982	125.137	7,9%
Rural	64.987	63.093	3,0%	64.951	0,1%	64.987	63.093	3,0%
Setor Público	18.676	17.724	5,4%	17.702	5,5%	18.676	17.724	5,4%
Clientes Livres	834	699	19,3%	809	3,1%	834	699	19,3%
Industrial	138	134	3,0%	138	-	138	134	3,0%
Comercial	639	514	24,3%	616	3,7%	639	514	24,3%
Setor Público	56	50	12,0%	54	3,7%	56	50	12,0%
Residencial	1	1	-	1	-	1	1	-
Revenda	5	24	-79,2%	5	-	5	24	-79,2%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.042.059	2.765.573	10,0%	3.030.391	0,4%	3.042.059	2.765.573	10,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

A Companhia encerrou o 2T22 com um aumento de 10,0% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado no 2T21, explicado pelo crescimento de 10,0% e 19,3% no mercado cativo e no mercado livre, respectivamente.

No mercado cativo, os clientes residenciais – convencionais registraram aumento de 7,7% enquanto a classe residencial baixa renda, registrou um aumento significativo de 54,2% no trimestre, reflexo da migração de clientes devido a implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria.

Já os clientes livres apresentaram crescimento de 19,3% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo.

No 2T22 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 161,5 milhões, 35,4% superior ao montante investido no 2T21.

Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia em nossa área de concessão, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 2T22 em 2.844 GWh contra 2.885 GWh no 2T21, representando uma pequena redução de 1,4%.

No acumulado do ano, o volume de energia vendido atingiu 5.895 GWh, representando um aumento de 3,2% comparado com o mesmo período do ano anterior, em função principalmente de uma adequação no procedimento de faturamento em fevereiro de 2021, reduzindo a base de comparação.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Mercado Cativo	1.956	2.036	-3,9%	2.184	-10,4%	4.140	4.294	-3,6%
Clientes Livres	786	718	9,5%	744	5,6%	1.530	1.201	27,4%
Revenda	101	131	-22,9%	124	-18,5%	225	215	4,7%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.844	2.885	-1,4%	3.052	-6,8%	5.895	5.710	3,2%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Residencial - Convencional	1.116	1.212	-7,9%	1.301	-14,2%	2.416	2.613	-7,5%
Residencial - Baixa Renda	87	53	64,2%	96	-9,4%	183	119	53,8%
Industrial	36	39	-7,7%	36	-	72	75	-4,0%
Comercial	369	379	-2,6%	393	-6,1%	762	784	-2,8%
Rural	35	42	-16,7%	40	-12,5%	74	87	-14,9%
Sector Público	314	311	1,0%	318	-1,3%	633	616	2,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	1.956	2.036	-3,9%	2.184	-10,4%	4.140	4.294	-3,6%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

No 2T22, o total de venda de energia no mercado cativo sofreu uma redução de -3,9% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A classe de consumo residencial convencional apresentou redução de 7,9% no trimestre ano contra ano, em decorrência da queda da renda média habitual da população no 2T22 em comparação ao ano passado, o que estimulou na redução do consumo, além da volta das atividades presenciais fora das residências.

A redução de 2,6% no consumo da classe comercial também está relacionada à queda da renda da população na área de concessão.

Já na classe industrial, a redução de 7,7% no 2T22 é resultado do cenário macroeconômico nacional que se tem demonstrado desafiador, além do efeito da migração destes clientes para o mercado livre.

Em contrapartida, o consumo na classe residencial – baixa renda apresentou um aumento de 64,2% em relação ao trimestre do ano anterior, refletindo o aumento no número de consumidores nesta classe, relacionado à migração de clientes devido a implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, conforme explicado acima.

No acumulado do ano, o consumo apresentou uma redução de -3,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores nessa categoria e a redução das demais classes, relacionado às temperaturas mais baixas registradas no período em comparação ao ano passado.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Residencial - Convencional	430	502	-14,3%	507	-15,2%	930	1.083	-14,1%
Residencial - Baixa Renda	395	370	6,8%	389	1,5%	829	830	-0,1%
Industrial	9.598	12.556	-23,6%	10.017	-4,2%	19.436	24.147	-19,5%
Comercial	2.731	3.029	-9,8%	2.940	-7,1%	5.643	6.265	-9,9%
Rural	532	666	-20,1%	610	-12,8%	1.142	1.379	-17,2%
Sector Público	16.817	17.547	-4,2%	17.991	-6,5%	33.870	34.755	-2,5%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	643	736	-12,6%	721	-10,8%	1.361	1.553	-12,4%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Industrial	549	515	6,6%	518	6,0%	1.067	860	24,1%
Comercial	184	160	15,0%	184	-	368	270	36,3%
Sector Público	52	42	23,8%	41	26,8%	93	70	32,9%
Residencial	1	1	-	1	-	2	1	100,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	786	718	9,5%	744	5,6%	1.530	1.201	27,4%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Industrial	3.979	3.843	3,5%	3.755	6,0%	7.734	6.418	20,5%
Comercial	288	311	-7,4%	298	-3,4%	576	525	9,7%
Sector Público	923	840	9,9%	765	20,7%	1.661	1.400	18,6%
Residencial	1.143	1.000	14,3%	884	29,3%	2.028	1.000	>100,0%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	943	1.027	-8,2%	920	2,5%	1.835	1.718	6,8%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 9,5% no 2T22 comparado ao mesmo trimestre do ano passado em linha com o crescimento do número de clientes.

Comentário do Desempenho

No acumulado do ano, o consumo registrou um aumento de 27,4% versus o mesmo período no ano anterior, em razão principalmente de uma adequação no procedimento de faturamento no 1T21, que passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Itaipu	523	533	-1,9%	516	1,4%	1.039	1.061	-2,1%
Angra I e II	98	102	-3,9%	97	1,0%	195	202	-3,5%
PROINFA	48	50	-4,0%	45	6,7%	93	93	-
Leilão e Quotas	2.312	2.333	-0,9%	2.551	-9,4%	4.863	4.918	-1,1%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.982	3.018	-1,2%	3.209	-7,1%	6.191	6.275	-1,3%
Liquidação na CCEE	(246)	(273)	-9,9%	154	<-100,0%	(92)	(88)	4,5%
Total - Compra de Energia	2.736	2.745	-0,3%	3.363	-18,6%	6.099	6.187	-1,4%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.493	3.426	2,0%	4.172	-16,3%	7.665	7.635	0,4%
Energia distribuída (GWh)	2.845	2.890	-1,6%	3.055	-6,9%	5.900	5.720	3,1%
Residencial - Convencional	1.116	1.212	-7,9%	1.301	-14,2%	2.416	2.613	-7,5%
Residencial - Baixa Renda	87	53	64,2%	96	-9,4%	183	119	53,8%
Industrial	36	39	-7,7%	36	-	72	75	-4,0%
Comercial	369	379	-2,6%	393	-6,1%	762	784	-2,8%
Rural	35	42	-16,7%	40	-12,5%	74	87	-14,9%
Setor Público	314	311	1,0%	318	-1,3%	633	616	2,8%
Clientes Livres	786	718	9,5%	744	5,6%	1.530	1.201	27,4%
Revenda	101	131	-22,9%	124	-18,5%	225	215	4,7%
Consumo Próprio	1	5	-80,0%	3	-66,7%	5	10	-50,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	649	536	21,1%	1.117	-41,9%	1.765	1.915	-7,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	18,57%	15,65%	2,92 p.p	26,76%	-8,19 p.p	20,92%	23,89%	-2,97 p.p

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

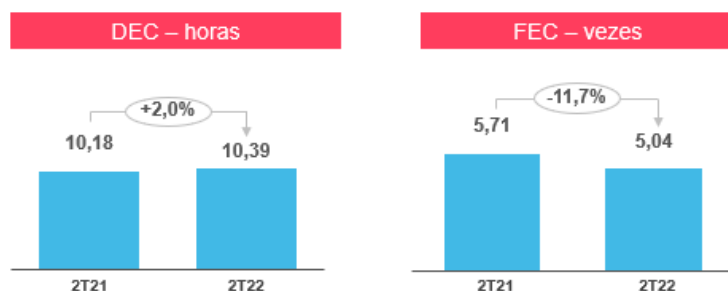
INDICADORES OPERACIONAIS

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
DEC 12 meses (horas)	10,39	10,18	2,1%	10,01	3,8%	10,39	10,18	2,1%
FEC 12 meses (vezes)	5,04	5,71	-11,7%	5,00	0,8%	5,04	5,71	-11,7%
Perdas de Energia 12 meses (%)	20,92%	23,89%	-2,97 p.p	20,88%	0,04 p.p	20,92%	23,89%	-2,97 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	93,77%	94,25%	-0,48 p.p	93,39%	0,38 p.p	93,77%	94,25%	-0,48 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	245	270	-9,3%	241	1,7%	508	537	-5,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	262	259	1,2%	239	9,5%	239	259	-7,6%
PMSO (2)/Consumidor	123	144	-14,3%	149	-17,0%	277	254,36	8,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.610	10.681	8,7%	12.668	-8,4%	11.610	10.681	8,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22, (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento*



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ao longo do 6M22 a área de Concessão da Enel Rio foi significativamente atingida por um volume de chuvas acima da média para o período, principalmente no final do primeiro trimestre,

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 2T22.

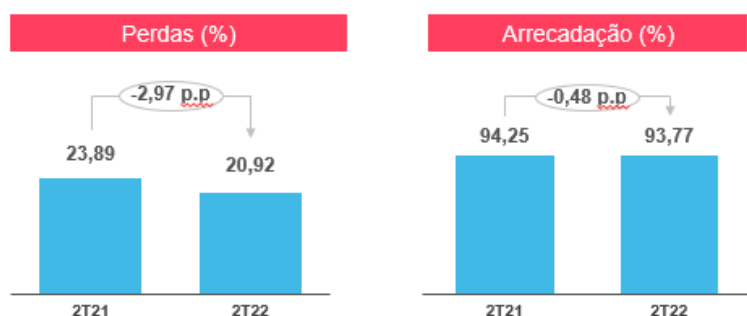
Comentário do Desempenho

como consequência o indicador DEC apresentou um aumento de 2,0%. Tais fatos representam uma parcela significativa do impacto principalmente no DEC da Companhia.

Por outro lado, o FEC registrou uma redução de 11,7% em relação ao 2T21. Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal reflexo o resultado dos investimentos contínuos em automação e telecomandos realizados ao longo dos anos.

A Enel Distribuição Rio investiu R\$ 78,2 milhões em adequação à carga e qualidade do sistema no 2T22, valor 51,9% superior ao montante investido no 2T21. Nos seis primeiros meses de 2022, este montante foi de R\$ 152,1 milhões, representando um aumento de 91,3% versus o mesmo período no ano anterior.

Disciplina de Mercado*



As perdas de energia TAM¹ – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 20,92% no 2T22, uma redução de 2,97 p.p. em relação às perdas registradas no 2T21, de 23,89%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

A redução observada é resultado efeito da REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Por esta razão, foi necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado em 2021, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo.

No 2T22 e 6M22, foram investidos no combate às perdas os montantes de R\$ 32,8 milhões e R\$ 60,0 milhões respectivamente*.

Em relação ao indicador de arrecadação, o mesmo manteve-se praticamente estável, com uma redução de 0,5 pontos percentuais no 2T22 versus 2T21. A Companhia continuou com a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência durante o 2T22, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados prévios referente ao 2T22.

¹ No 4T21 foi adotado uma nova metodologia para o cálculo de perdas, o qual reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica / SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e serão finalizados apenas posteriormente a data de publicação do 4T21.

5

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	3.044.156	3.045.673	-0,0%	3.740.045	-18,6%	6.784.201	6.049.366	12,1%
Deduções à Receita Operacional	(1.240.348)	(1.170.129)	6,0%	(1.613.390)	-23,1%	(2.853.738)	(2.288.468)	24,7%
Receita Operacional Líquida	1.803.808	1.875.544	-3,8%	2.126.655	-15,2%	3.930.463	3.760.898	4,5%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.736.903)	(1.849.348)	-6,1%	(1.906.488)	-8,9%	(3.643.391)	(3.596.149)	1,3%
EBITDA(2)*	196.383	140.248	40,0%	351.449	-44,1%	547.832	398.161	37,6%
Margem EBITDA*	10,89%	7,48%	3,41 p.p	16,53%	-5,64 p.p	13,94%	10,59%	3,35 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	13,64%	8,82%	4,82 p.p	19,42%	-5,78 p.p	16,86%	12,05%	4,81 p.p
EBIT(3)*	66.905	26.196	>100,0%	220.167	-69,6%	287.072	164.749	74,2%
Margem EBIT*	3,71%	1,40%	2,31 p.p	10,35%	-6,64 p.p	7,30%	4,38%	2,92 p.p
Resultado Financeiro	(206.537)	(78.264)	>100,0%	(156.522)	32,0%	(363.059)	(148.201)	>100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	48.053	(9.085)	<-100,0%	(24.563)	<-100,0%	23.490	(32.274)	<-100,0%
Lucro Líquido	(91.579)	(61.153)	49,8%	39.082	<-100,0%	(52.497)	(15.726)	>100,0%
Margem Líquida	-5,08%	-3,26%	-1,82 p.p	1,84%	-6,92 p.p	-1,34%	-0,42%	-0,92 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-6,36%	-3,85%	-2,51 p.p	2,16%	-8,52 p.p	-1,62%	-0,48%	-1,14 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(0,38)	(0,37)	3,9%	0,16	<-100,0%	(0,22)	(0,09)	>100,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22, (2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações

(3) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Fornecimento de Energia	1.948.020	2.008.859	-3,0%	2.691.491	-27,6%	4.639.511	4.384.459	5,8%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(9.883)	(6.701)	47,5%	(12.598)	-21,6%	(22.481)	(17.013)	32,1%
Subvenção baixa renda	20.642	12.436	66,0%	18.963	8,9%	39.605	24.528	61,5%
Subvenção de recursos da CDE	70.323	63.424	10,9%	72.395	-2,9%	142.718	118.172	20,8%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.029.102	2.078.018	-2,4%	2.770.251	-26,8%	4.799.353	4.510.146	6,4%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(66.030)	258.400	<-100,0%	208.328	<-100,0%	142.298	389.670	-63,5%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	478.149	259.829	84,0%	275.490	73,6%	753.639	410.750	83,5%
Receita de Construção	363.945	285.980	27,3%	316.865	14,9%	680.810	457.664	48,8%
Venda de Energia Excedente - MVE	38.793	53.634	-27,7%	6.191	>100,0%	44.984	53.634	-16,1%
Marcação a mercado de ativo indenizável (a)	162.499	80.944	>100,0%	129.312	25,7%	291.811	171.319	70,3%
Outras Receitas	37.698	28.868	30,6%	33.608	12,2%	71.306	56.183	26,9%
Total - Receita Operacional Bruta	3.044.156	3.045.673	-0,0%	3.740.045	-18,6%	6.784.201	6.049.366	12,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio permaneceu praticamente estável no 2T22 em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia alcançou o montante de R\$ 2,7 bilhões no 2T22, o que representa uma redução de 2,9% (R\$ 79,5 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 2,8 bilhões. Destaca-se a variação no 2T22 versus 2T21 dos seguintes itens que compõem a receita operacional bruta:

- Redução em ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 324,4 milhões, como resultado de menor constituição de ativo regulatório no período em razão da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Aumento de R\$ 218,3 milhões na rubrica de Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda em relação ao 2T21, como resultado, do aumento de clientes e do consumo no mercado livre;
- Aumento na rubrica de Marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 81,6 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável refletindo a variação do IPCA no período;
- Redução na rubrica de Fornecimento de energia em R\$ 60,8 milhões devido a redução do consumo de energia no período.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 12,1%, ou R\$ 734,8 milhões, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 6,8 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, nos 6M22, alcançou o montante de R\$ 6,1 bilhões, um aumento de R\$ 511,7 milhões em relação ao 6M21, cujo montante foi de R\$ 5,6 bilhões. Tal aumento é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 255,0 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 6M21, como resultado da vigência da bandeira de escassez hídrica até abril/2022;

Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 342,9 milhões na rubrica de Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda em relação ao 6M21, como resultado, do aumento de clientes e do consumo no mercado livre;
- Aumento de R\$ 120,5 milhões na rubrica de Marcação a mercado de ativo indenizável referente a atualização da base do ativo indenizável refletindo a variação do IPCA no período;

Parcialmente compensado por:

- Redução de R\$ 247,4 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.

Por fim, destaca-se ainda que no 4T21, a Companhia realizou a reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira para a Receita Operacional. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da empresa e por essa razão, após análise detalhada, a Companhia entendeu que todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos devem passar a ser contabilizadas como Receita Operacional. O impacto desta reclassificação no 2T21 e 6M21 corresponde aos montantes de R\$ 80.944 mil e R\$ 171.319 mil.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
ICMS	(727.126)	(649.222)	12,0%	(791.337)	-8,1%	(1.518.463)	(1.288.989)	17,8%
PIS	(29.046)	(33.988)	-14,5%	(39.183)	-25,9%	(68.229)	(79.752)	-14,4%
COFINS	(133.790)	(156.550)	-14,5%	(180.479)	-25,9%	(314.269)	(367.341)	-14,4%
ISS	(1.165)	(1.270)	-8,3%	(1.193)	-2,3%	(2.358)	(2.495)	-5,5%
Total - Tributos	(891.127)	(841.030)	6,0%	(1.012.192)	-12,0%	(1.903.319)	(1.738.577)	9,5%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(285.506)	(236.287)	20,8%	(290.480)	-1,7%	(575.986)	(399.957)	44,0%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(12.624)	(14.846)	-15,0%	(16.680)	-24,3%	(29.304)	(31.046)	-5,6%
Encargos do consumidor - CCRBT	(48.633)	(75.752)	-35,8%	(291.743)	-83,3%	(340.376)	(114.462)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.458)	(2.214)	11,0%	(2.295)	7,1%	(4.753)	(4.426)	7,4%
Total - Encargos Setoriais	(349.221)	(329.099)	6,1%	(601.198)	-41,9%	(950.419)	(549.891)	72,8%
Total - Deduções da Receita	(1.240.348)	(1.170.129)	6,0%	(1.613.390)	-23,1%	(2.853.738)	(2.288.468)	24,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

As deduções da receita no 2T22 registraram aumento de 6,0%, R\$ 70,2 milhões em comparação com o 2T21. Os principais efeitos são apresentados a seguir: (i) o aumento de 6,0% (R\$ 50,1 milhões) no total de tributos, decorrente sobretudo do aumento da base de cálculo de ICMS e (ii) aumento de 6,1% ou R\$ 20,1 milhões em Encargos Setoriais, derivados sobretudo pelo aumento de 20,8% ou R\$ 49,2 milhões na rubrica correspondente a Conta de Desenvolvimento Energético em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador, compensado parcialmente por uma redução de R\$ 27,1 milhões na rubrica de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias, cuja redução deve-se ao fim da vigência da bandeira de escassez hídrica em abril de 2022.

Nos seis meses de 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 2,8 bilhões, contra R\$ 2,3 bilhões nos seis meses de 2021, representando um aumento de 24,7% ou R\$ 565,3 milhões, resultado, sobretudo, do aumento do montante pago de ICMS em R\$ 229,5 milhões na parte tributos e aumento de R\$ 225,9 milhões pagos referentes a Encargos do consumidor – CCRBT e R\$ 176,0 milhões em encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE.

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(656.886)	(781.920)	-16,0%	(744.483)	-11,8%	(1.401.369)	(1.573.660)	-10,9%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(185.843)	(198.196)	-6,2%	(148.760)	24,9%	(334.603)	(389.504)	-14,1%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(53.452)	(72.592)	-26,4%	(139.401)	-61,7%	(192.853)	(178.546)	8,0%
Total - Não gerenciáveis	(896.181)	(1.052.708)	-14,9%	(1.032.644)	-13,2%	(1.928.825)	(2.141.710)	-9,9%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(32.093)	(35.608)	-9,9%	(39.902)	-19,6%	(71.995)	(83.125)	-13,4%
Material e Serviços de Terceiros	(168.077)	(131.173)	28,1%	(153.512)	9,5%	(321.589)	(262.860)	22,3%
Depreciação e Amortização	(129.478)	(114.052)	13,5%	(131.282)	-1,4%	(260.760)	(233.412)	11,7%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(56.752)	(140.140)	-59,5%	(167.988)	-66,2%	(224.740)	(231.616)	-3,0%
Custo de Construção	(363.945)	(285.980)	27,3%	(316.865)	14,9%	(680.810)	(457.664)	48,8%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(33.009)	(3.337)	>100,0%	(24.682)	33,7%	(57.691)	(25.953)	>100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(46.640)	(49.663)	-6,1%	(40.205)	16,0%	(86.845)	(89.468)	-2,9%
Receita de multa por impontualidade de clientes	27.946	1.231	>100,0%	24.792	12,7%	52.738	2.360	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(38.674)	(37.918)	2,0%	(24.200)	59,8%	(62.874)	(72.701)	-13,5%
Total - Gerenciáveis	(840.722)	(796.640)	5,5%	(873.844)	-3,8%	(1.714.566)	(1.454.439)	17,9%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.736.903)	(1.849.348)	-6,1%	(1.906.488)	-8,9%	(3.643.391)	(3.596.149)	1,3%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

Os custos e despesas operacionais no 2T22 tiveram uma redução de 6,1% (R\$ 112,4 milhões) em relação ao 2T21. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 1,4 bilhão no 2T22, o que representa uma redução de 12,2% (R\$ 190,4 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 896,2 milhões, montante 14,9% (R\$ 156,5 milhões) inferior ao registrado no 2T21 (R\$ 1,1 bilhão). Os principais efeitos foram:

- Redução na rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda em um montante de R\$ 125,0 milhões, em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real no 2T22 versus 2T21;
- Redução na rubrica de encargos do uso do sistema de transmissão no valor de R\$ 12,3 milhões decorrente, de ajuste no valor provisionado afim de equilibrar o montante de uso do sistema de transmissão contratado.

No acumulado do ano, os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 1,9 bilhão, resultado 9,9% inferior ao registrado no mesmo período em 2021. Tal variação é justificada pela redução das rubricas de Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 172,3 milhões) e encargos do uso do sistema de transmissão (R\$ 54,9 milhões) pelas mesmas razões explicadas acima.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis, no 2T22, apresentaram aumento de R\$ 33,9 milhões, excluindo o efeito de custo de construção. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Redução da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 83,4 milhões) explicado pela maior base de comparação no 2T21, quando havia a proibição do corte dos clientes inadimplentes que vigorou até Julho/2021 para clientes convencionais e setembro/21 para clientes baixa renda;
- Aumento de R\$ 36,9 milhões em Material e Serviço de Terceiros devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes;
- Aumento de R\$ 29,7 milhões na linha de Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas devido a um aumento no número de processos cíveis no trimestre;
- Compensado parcialmente pelo aumento de R\$ 26,7 milhões em Receita de multa por impontualidade de clientes em razão do resultado da retomada da interrupção por inadimplência em julho de 2021. Outro fator que contribuiu para a melhora foram as diversas ações realizadas por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência.

No acumulado do ano, os custos gerenciáveis somaram R\$ 1,7 bilhão, montante 17,9% superior ao valor registrado no mesmo período do ano passado. Excluindo-se os custos de construção, o aumento registrado foi de 3,7%, ou R\$ 37,0 milhões. A variação, total, explica-se pelo:

Comentário do Desempenho

- Aumento na linha de Materiais e Serviços de Terceiros no valor de R\$ 58,7 milhões devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2021;
- Aumento de R\$ 31,7 em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas motivado pelo aumento no número de processos durante o período em questão;
- Aumento de R\$ 50,4 milhões na Receita de multa por impontualidade de clientes pela mesma razão explicada acima.

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(91.579)	(61.153)	49,8%	39.082	<-100,0%	(52.497)	(15.726)	>100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 29)	(48.053)	9.085	<-100,0%	24.563	<-100,0%	(23.490)	32.274	<-100,0%
(+) Resultado Financeiro (NE 28)	206.537	78.264	>100,0%	156.522	32,0%	363.059	148.201	>100,0%
(=) EBIT	66.905	26.196	>100,0%	220.167	-69,6%	287.072	164.749	74,2%
(+) Depreciações e Amortizações	129.478	114.052	13,5%	131.282	-1,4%	260.760	233.412	11,7%
(=) EBITDA	196.383	140.248	40,0%	351.449	-44,1%	547.832	398.161	37,6%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

O EBITDA da Enel Rio no 2T22 atingiu o montante de R\$ 196,4 milhões, o que representa um aumento de R\$ 56,1 milhões em relação ao 2T21 em decorrência do menor nível de custos do serviço e despesas operacionais no período, principalmente dos custos e despesas não gerenciáveis, em virtude da melhora do cenário hidrológico do país.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu o montante de R\$ 547,8 milhões, o que representa um aumento de R\$ 149,7 milhões em relação ao mesmo período em 2021. O EBITDA foi impactado pelo aumento da receita operacional decorrente da implementação da bandeira de escassez hídrica e em menor escala, pelo reajuste tarifário anual.

Resultado Financeiro*

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de Aplicação Financeira	5.284	909	>100,0%	7.790	-32,2%	13.074	2.806	>100,0%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	18.858	7.841	>100,0%	11.824	59,5%	30.682	16.369	87,4%
Variações monetárias	1.539	689	>100,0%	810	90,0%	2.349	689	>100,0%
Variação cambial de dívidas	305.369	92.313	>100,0%	81.815	>100,0%	387.184	325.356	19,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	35	(103.339)	<-100,0%	-	-	35	291.488	-100,0%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	34.330	2.881	>100,0%	9.572	>100,0%	43.902	10.423	>100,0%
Juros fundo de pensão	443	-	-	443	-	886	-	-
Outras receitas financeiras	1.506	3.864	-61,0%	14.269	-89,4%	15.775	6.671	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.879)	(1.257)	>100,0%	(2.083)	38,2%	(4.962)	(1.745)	>100,0%
Total - Receitas Financeiras	364.485	3.901	>100,0%	124.440	>100,0%	488.925	652.057	-25,0%
Despesas financeiras								
Variação cambial	(732)	(2.996)	-75,6%	(73)	>100,0%	(805)	(4.771)	-83,1%
Variação cambial de dívidas	(428.912)	105.244	<-100,0%	428.912	<-100,0%	-	(282.360)	-100,0%
Dívida - Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	(2.158)	-100,0%
Encargo de dívidas e mútuos	(85.979)	(40.975)	>100,0%	(83.274)	3,2%	(169.253)	(73.730)	>100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(42.889)	(17.876)	>100,0%	(27.590)	55,5%	(70.479)	(39.086)	80,3%
Encargo de fundo de pensão	(6.705)	(9.730)	-31,1%	(6.704)	0,0%	(13.409)	(19.461)	-31,1%
Juros debêntures	-	(8.460)	-100,0%	-	-	-	(13.696)	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	28.437	(98.741)	<-100,0%	(587.777)	<-100,0%	(559.340)	(334.342)	67,3%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(22.052)	(1.412)	>100,0%	8.476	<-100,0%	(13.576)	(16.503)	-17,7%
Outras despesas financeiras	(12.190)	(7.219)	68,9%	(12.932)	-5,7%	(25.122)	(14.151)	77,5%
Total - Despesas Financeiras	(571.022)	(82.165)	>100,0%	(280.962)	>100,0%	(851.984)	(800.258)	6,5%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(206.537)	(78.264)	> 100,0%	(156.522)	32,0%	(363.059)	(148.201)	>100,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

O resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma despesa de R\$ 206,5 milhões, um aumento de R\$ 128,3 milhões em relação ao registrado no 2T21. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento líquido de R\$ 126,6 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, variação cambial de dívidas, juros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

debentures e encargos de dívidas e mútuos) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 2T22 comparado ao 2T21, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados no período de 2021.

No acumulado do ano, o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R\$ 363,1 milhões, representando um aumento de R\$ 214,8 milhões em relação ao mesmo período em 2021. A variação observada explica-se, sobretudo, pelo aumento líquido de R\$ 251,9 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, variação cambial de dívidas, juros debentures e encargos de dívidas e mútuos) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 8,46% (11,32% em 6M22 x 2,64% em 6M21), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021 para financiar investimentos e capital de giro.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
IR e CSLL - correntes	48.561	(55.379)	<-100,0%	(168.949)	<-100,0%	(120.388)	(118.821)	1,3%
IR e CSLL - diferidos	(508)	46.294	<-100,0%	144.386	<-100,0%	143.878	86.547	66,2%
Total	48.053	(9.085)	<-100,0%	(24.563)	<-100,0%	23.490	(32.274)	<-100,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 2T22 registraram redução de R\$ 57,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão da queda no resultado antes dos impostos e os efeitos temporariamente indedutíveis no resultado fiscal.

No acumulado do ano as despesas totais, líquidas, com IR, CSLL e Incentivos fiscais registraram uma redução de R\$ 55,8 milhões, justificado pelo aumento na constituição do ativo fiscal diferido.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.609.888	4.661.060	20,4%	5.439.662	3,1%	5.609.888	4.661.060	20,4%
Dívida com Terceiros	576.573	2.582.029	-77,7%	1.099.288	-47,6%	576.573	2.582.029	-77,7%
Dívida Intercompany	5.033.314	2.079.031	>100,0%	4.340.375	16,0%	5.033.314	2.079.031	>100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	591.102	328.789	79,8%	253.992	>100,0%	591.102	328.789	79,8%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.018.786	4.332.271	15,8%	5.185.670	-3,2%	5.018.786	4.332.271	15,8%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado(2)*	3,17	3,23	-1,9%	3,07	3,3%	3,17	3,23	-1,9%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado(2)*	2,84	3,00	-5,3%	2,93	-3,1%	2,84	3,00	-5,6%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,54	0,56	-3,6%	0,53	2,6%	0,54	0,56	-3,6%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,51	0,54	-5,5%	0,52	-0,4%	0,51	0,54	-5,5%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 949 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 3.027 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívidas, dos quais R\$ 354 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 2.532 milhões referem-se a empréstimos com a Enel Financial International e R\$ 141 milhões referem-se a mútuos com a empresa EGP Cachoeira Dourada; (ii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 552 milhões; compensados parcialmente, por (iii) amortizações em torno de R\$ 2.504 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 213 milhões ocorridos entre os períodos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 83 milhões.

A Enel Distribuição Rio encerrou o 2T22 com o custo médio de dívida no período de 13,29% a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Comentário do Desempenho

Colchão de Liquidez

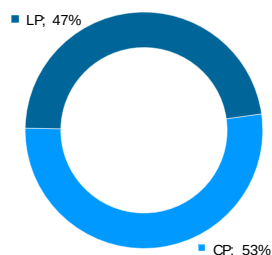
Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de junho de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700 milhões.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000 bilhão, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, totalizando R\$ 2.700 milhões. Em 2021, esse limite foi novamente ampliado em mais R\$ 600 milhões (despacho Nº 902 de 30 de março de 2021) e R\$ 2.500 milhões, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800 milhões.

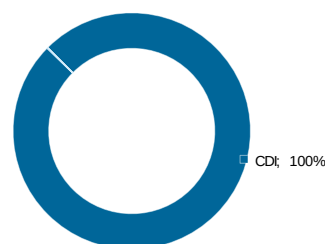
A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.196 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

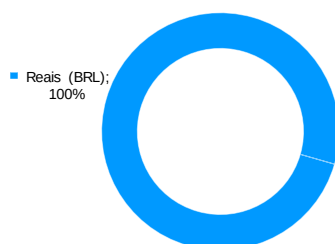
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Jun/22



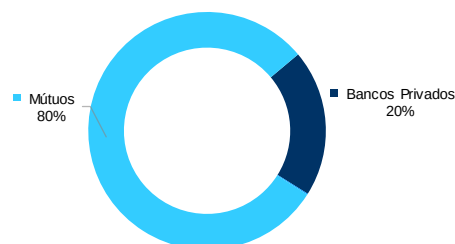
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Jun/22



Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Jun/22



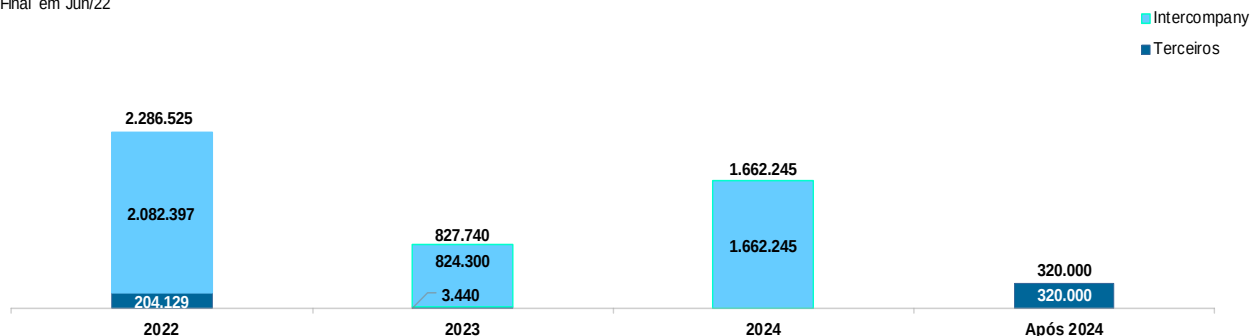
Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Jun/22



Comentário do Desempenho

Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)

Posição Final em Jun/22



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Novas Conexões	161.514	119.326	35,4%	136.841	18,0%	298.356	175.541	70,0%
Rede	111.019	97.464	13,9%	101.066	9,8%	212.086	150.334	41,1%
Combate às Perdas	32.855	46.018	-28,6%	27.127	21,1%	59.982	70.812	-15,3%
Qualidade do Sistema Elétrico	48.519	20.643	>100,0%	48.491	0,1%	97.010	40.444	>100,0%
Adequação à carga	29.645	30.803	-3,8%	25.448	16,5%	55.094	39.078	41,0%
Outros	75.764	89.256	-15,1%	61.851	22,5%	137.616	119.151	15,5%
Total Investido	348.298	306.046	13,8%	299.759	16,2%	648.057	445.026	45,6%
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento Líquido	348.298	306.046	13,8%	299.759	16,2%	648.057	445.026	45,6%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22

No 2T22, a Companhia investiu R\$ 348,3 milhões, um aumento de 13,8% em comparação ao mesmo período do ano passado. O foco dos investimentos foi na expansão por meio de novas conexões para acompanhar o crescimento vegetativo da área de concessão, além de atividades de adequação de infraestrutura e na qualidade do sistema elétrico. Na rubrica "outros", destacam-se também o investimento em manutenção que aumentam a vida útil dos ativos (R\$ 36,1 milhões). No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 648,0 milhões, volume 45,6% maior comparado ao investido nos seis meses de 2021.

TEMAS RELEVANTES

Bandeiras Tarifárias vigentes

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 3.051/22);
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 3.051/22).

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser

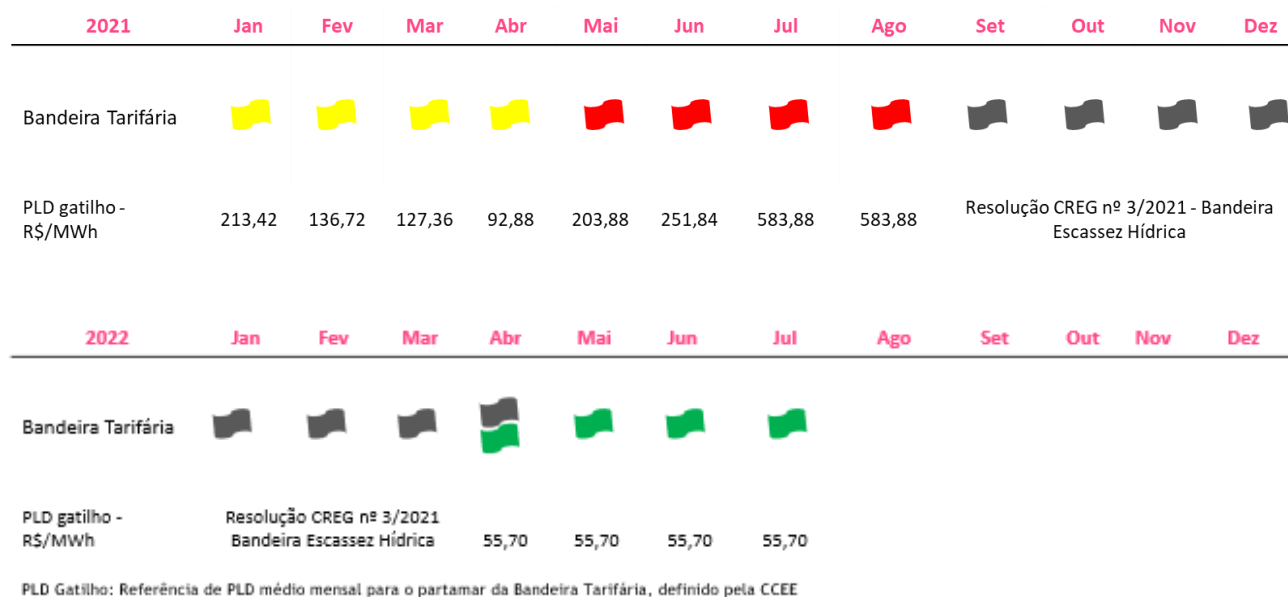
Comentário do Desempenho

aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentro os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possuiu vigência de set/21 a abr/22, a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação. O Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, e com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e está vigente até o momento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2021 e no segundo semestre de 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº 885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica. Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta covid.

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Comentário do Desempenho

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida por meio do Despacho ANEEL nº 539/2022.

Em 10 de março de 2022, a Enel Rio protocolou pedido de reequilíbrio econômico à ANEEL, em função de situação extraordinária decorrente de lei estadual que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da Consulta Pública 035/2020. Por meio da Resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 16.303, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução e nas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022, foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 15 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +11,98% composto por reajuste econômico de +11,02% e componente financeiro de 0,96%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, 4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 16,86%. Destaca-se a publicação da Resolução Homologatória nº 3.015/2022

O índice é composto pelos seguintes itens:

Comentário do Desempenho

Reajuste Tarifário 2022	
Encargos Setoriais	6,38%
Energia Comprada	1,56%
Encargos de Transmissão	-1,33%
Receitas Irrecuperáveis	0,96%
Parcela A	7,56%
Parcela B	3,46%
Reajuste Econômico	11,02%
CVA Total	12,97%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,01%
Reajuste Financeiro	0,96%
Índice de Reajuste Total	11,98%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	4,89%
Efeito Para o Consumidor	16,86%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 10,9%, representando 7,56% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de +39,1%, representando +6,38% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 ("CDE COVID") e o orçamento da CDE Uso para o ano de 2022, além dos encargos de serviço do sistema ("ESS") e PROINFA devido à escassez hídrica;
- Energia comprada - aumento de +4,0%, decorrente principalmente da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +1,56% no reajuste econômico;
- Encargos de transmissão - queda de -9,9% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e queda dos valores com transporte de Itaipu, representando -1,33% no reajuste econômico;
- Receitas Irrecuperáveis - aumento de +92,1% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,96% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 11,30%, representando uma participação de 3,46% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de 10,54%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2022; e
- Fator X de -0,62%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,10%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,52%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 62 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 792 milhões positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), A Sobrecontratação foi de - R\$ 135 milhões, a Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 172 milhões e Neutralidade de R\$ 42 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Escassez Hídrica de -R\$ 348 milhões, um financeiro de adiantamento do repasse dos créditos tributários de alteração da base de cálculo de PIS/COFINS de - R\$ 232 milhões.

O reajuste tarifário médio de +16,86% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Comentário do Desempenho

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	15,38%
Baixa Tensão	17,39%
Efeito Médio	16,86%

Revisão Tarifária Extraordinária 2022

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 13 de julho de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +7,26% composto por (i) reajuste econômico de +10,89%, sendo +7,44% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,64%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -11,47%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -4,22%.

O reajuste tarifário médio de -4,22% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -3,86% e -4,34% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária Extraordinária 2022	
Encargos Setoriais	6,33%
Custos de Transmissão	-1,33%
Custos de Aquisição de Energia	1,56%
Parcela A	7,44%
parcela B	3,46%
Reajuste Econômico	10,89%
CVA Total	12,97%
Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica	-5,35%
Crédito de PIS/COFINS	-8,16%
Previsão de Risco Hidrológico	2,65%
Reversão do Risco Hidrológico	-2,51%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-3,22%
Componentes Financeiros	-3,64%
Reajuste Total	7,26%
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	-11,47%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores	-4,22%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) **Parcela A:** Reajustada em +11,0%, representando +7,44% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de +38,9%, representando +6,33% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 ("CDE COVID") e o orçamento da CDE Uso para o ano de 2022, além dos encargos de serviço do sistema ("ESS") e PROINFA devido à escassez hídrica;
- Energia comprada - aumento de +4,0%, decorrente principalmente da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +1,56% no reajuste econômico;
- Encargos de transmissão - queda de -9,9% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e queda dos valores com transporte de Itaipu, representando -1,33% no reajuste econômico;
- Receitas Irrecuperáveis - aumento de +84,5% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,88% no reajuste econômico.

(ii) **Parcela B:** Reajustada em +11,3%, representando uma participação de +3,46% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

Comentário do Desempenho

- IPCA de 10,54%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2022; e
- Fator X de -0,62%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,10%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,52%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de -R\$ 236.400 mil, dentre os quais destacam-se: R\$ 792.254 mil positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); neutralidade de encargos setoriais positivo de R\$ 42.699 mil; sobrecontratação negativa de R\$ 135.264 mil; diferimentos devido à escassez hídrica negativo de R\$ 132.692 mil; e, previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 172.031 mil.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.044.156	3.045.673	-0,0%	6.784.201	6.049.366	12,1%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.029.102	2.078.018	-2,4%	4.799.353	4.510.146	6,4%
CVA	-66.030	258.400	<-100,0%	142.298	389.670	-63,5%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	478.149	259.829	84,0%	753.639	410.750	83,5%
Receita de Construção	363.945	285.980	27,3%	680.810	457.664	48,8%
Outras Receitas	238.990	163.446	46,2%	408.101	281.136	45,2%
Deduções da Receita Operacional	(1.240.348)	(1.170.129)	6,0%	(2.853.738)	(2.288.468)	24,7%
Receita Operacional Líquida	1.803.808	1.875.544	-3,8%	3.930.463	3.760.898	4,5%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(896.181)	(1.052.708)	-14,9%	(1.928.825)	(2.141.710)	-9,9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(656.886)	(781.920)	-16,0%	(1.401.369)	(1.573.660)	-10,9%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(185.843)	(198.196)		(334.603)	(389.504)	
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(53.452)	(72.592)	-26,4%	(192.853)	(178.546)	8,0%
Custo/Despesa Operacional	(840.722)	(796.640)	5,5%	(1.714.566)	(1.454.439)	17,9%
Pessoal	(32.093)	(35.608)	-9,9%	(71.995)	(83.125)	-13,4%
Material e Serviços de terceiros	(168.077)	(131.173)	28,1%	(321.589)	(262.860)	22,3%
Depreciação e amortização	(129.478)	(114.052)	13,5%	(260.760)	(233.412)	11,7%
Provisões	(89.761)	(143.477)	-37,4%	(282.431)	(257.569)	9,7%
Custo de construção	(363.945)	(285.980)	27,3%	(680.810)	(457.664)	48,8%
Outros	6.098	(48.432)	<-100,0%	(9.315)	(87.108)	-89,3%
Outras receitas/despesas operacionais	(63.466)	(37.918)	67,4%	(87.666)	(72.701)	20,6%
EBITDA	196.383	140.248	40,0%	547.832	398.161	37,6%
EBIT	66.905	26.196	>100,0%	287.072	164.749	74,2%
Resultado Financeiro	(206.537)	(78.264)	>100,0%	(363.059)	(148.201)	>100,0%
Receita Financeira	364.485	3.901	>100,0%	488.925	652.057	-25,0%
Despesa Financeira	(571.022)	(82.165)	>100,0%	(851.984)	(800.258)	6,5%
Resultado antes dos impostos	(139.632)	(52.068)	>100,0%	(75.987)	16.548	<-100,0%
IR/CS	48.053	(9.085)	<-100,0%	23.490	(32.274)	<-100,0%
Lucro/Prejuízo Líquido	(91.579)	(61.153)	49,8%	(52.497)	(15.726)	>100,0%



Notas Explicativas

Eletropaulo

Ampla Energia e Serviços S.A.

CNPJ: 33.050.071/0001-58

**Formulário de Informações Trimestrais - ITR
em 30 de junho de 2022**

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.06.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	468.539	240.971
Títulos e valores mobiliários	6	122.563	116.718
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	1.900.537	2.039.645
Ativo financeiro setorial	10	254.175	307.903
Créditos a receber - subvenção e outros	8	28.190	95.367
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	284.627	221.647
Outros tributos compensáveis	9	571.703	588.234
Serviços em curso		47.632	47.816
Instrumentos financeiros derivativos	30	2.239	18.141
Outros créditos		208.176	167.387
Total do ativo circulante		3.888.381	3.843.829
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	166.861	56.989
Ativo financeiro setorial	10	-	98.958
Depósitos vinculados	23	234.199	261.823
Outros tributos compensáveis	9	2.804.842	2.881.905
Tributos diferidos	29	435.948	268.169
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	40.109
Ativo indenizável (concessão)	11	5.897.631	5.287.315
Ativos contratuais	14	1.104.315	956.056
Imobilizado	12	109.487	106.659
Intangível	13	2.365.325	2.426.651
Total do ativo não circulante		13.118.608	12.384.634
Total do ativo		17.006.989	16.228.463

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.06.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	15	1.211.985	1.358.499
Empréstimos e financiamentos	18	2.600.011	3.103.069
Obrigações por arrendamentos	19	16.545	18.358
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	422.522	436.501
Salários, provisões e encargos sociais		59.721	65.536
Outras obrigações fiscais	16	172.093	191.988
Encargos setoriais	20	103.819	82.687
Dividendos a pagar		77.771	77.771
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	-	486
Instrumentos financeiros derivativos	30	348.009	59.340
Outras obrigações		209.778	197.542
Total do passivo circulante		5.222.254	5.591.777
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	18	2.402.570	2.872.962
Obrigações por arrendamentos	19	27.845	23.161
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	2.914.677	2.814.422
Outras obrigações fiscais	16	140.894	140.571
Passivo financeiro setorial	10	232.581	-
Encargos setoriais	20	21.955	43.305
Instrumentos financeiros derivativos	30	261.536	13.976
Obrigações com benefícios pós-emprego	22	310.486	348.582
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	704.794	661.898
Outras obrigações		2.510	4.846
Total do passivo não circulante		7.019.848	6.923.723
<u>Patrimônio líquido</u>	24		
Capital social		3.649.048	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.218.709	1.218.709
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		(73.627)	(27.230)
Prejuízo do período		(52.497)	-
Total do patrimônio líquido		4.764.887	3.712.963
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.006.989	16.228.463

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas			Reapresentado	Reapresentado
		01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Receita líquida	26	1.803.808	3.930.463	1.875.544	3.760.898
Custo do serviço		(1.574.873)	(3.222.793)	(1.611.910)	(3.170.139)
Lucro bruto		228.935	707.670	263.634	590.759
Despesas operacionais	27				
Despesas com vendas		(5.555)	(9.645)	(6.946)	(7.068)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(103.392)	(311.585)	(189.803)	(321.084)
Despesas gerais e administrativas		(81.141)	(152.375)	(41.894)	(100.339)
Outras receitas operacionais		28.058	53.007	1.205	2.481
Total (despesas) receitas operacionais		(162.030)	(420.598)	(237.438)	(426.010)
Resultado do serviço público de energia elétrica		66.905	287.072	26.196	164.749
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		364.485	488.925	3.901	652.057
Despesas financeiras		(571.022)	(851.984)	(82.165)	(800.258)
Total do resultado financeiro		(206.537)	(363.059)	(78.264)	(148.201)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(139.632)	(75.987)	(52.068)	16.548
Imposto de renda e contribuição social correntes		48.561	(120.388)	(55.379)	(118.821)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(508)	143.878	46.294	86.547
	29	48.053	23.490	(9.085)	(32.274)
Prejuízo líquido do período		(91.579)	(52.497)	(61.153)	(15.726)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais por ação)	25	(0,38125)	(0,245424)	(0,36699)	(0,09437)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Prejuízo líquido do período	(91.579)	(52.497)	(61.153)	(15.726)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	(15.589)	(15.589)	112.241	112.241
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	5.300	5.300	(38.162)	(38.162)
	(10.289)	(10.289)	74.079	74.079
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(24.047)	(54.709)	46.872	(3.452)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	8.176	18.601	(15.936)	1.174
	(15.871)	(36.108)	30.936	(2.278)
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(117.739)	(98.894)	43.862	56.075

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	(-) a integralizar	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	-	2.308	20.946	138.350	929.990	-	1.411	3.591.235
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	131.478	131.478
Tributos diferidos s/ ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(44.703)	(44.703)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	86.775	(86.775)	-
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	(43.396)	(43.396)
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	14.755	14.755
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	83.402	-	83.402
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>									
Reserva legal	-	-	-	-	4.170	-	(4.170)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(19.808)	-	(19.808)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	146.199	(146.199)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.498.230	-	2.308	20.946	142.520	1.076.189	-	(27.230)	3.712.963
Aumento de capital	1.640.818	(490.000)							1.150.818
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(15.589)	(15.589)
Tributos diferidos s/ perda de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	5.300	5.300
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	(54.709)	(54.709)
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	18.601	18.601
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(52.497)	-	(52.497)
Saldos em 30 de junho de 2022	4.139.048	(490.000)	2.308	20.946	142.520	1.076.189	(52.497)	(73.627)	4.764.887

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Prejuízo líquido do período	(52.497)	(15.726)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	311.585	321.084
Perda de recebíveis de clientes	86.845	89.468
Depreciação e amortização	278.016	249.227
Juros e variações monetárias	(145.298)	87.881
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	559.304	42.854
Ativos e passivos financeiros setoriais	(43.902)	(10.423)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(291.811)	(171.319)
Valor residual de intangível e imobilizado	10.488	-
Tributos e contribuições social diferidos	(143.878)	(86.547)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	65.639	39.496
Obrigações com benefício pós-emprego	13.739	19.957
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(369.194)	(384.179)
Subvenção CDE - desconto tarifário	68.394	1.686
Ativo financeiro setorial	196.588	(116.466)
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	105.286	6.425
Outros tributos compensáveis	(74.185)	(3.255.380)
Depósitos vinculados	27.624	(8.115)
Serviços em curso	184	(2.763)
Outros créditos	(40.789)	(115.154)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(146.514)	182.044
Salários, provisões e encargos sociais	(5.815)	(4.159)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(487)	23.367
Outras obrigações fiscais	150.657	76.653
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	86.276	3.207.223
Passivo financeiro setorial	232.581	(141.593)
Encargos setoriais	(2.421)	36.680
Outras obrigações	9.898	(30.359)
	886.313	41.862
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(67.424)	(62.456)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(170.229)	(94.829)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(49.634)	(41.441)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	(21.772)	2.849
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(93.708)	(56.983)
Pagamentos de juros de arrendamento	(2.696)	(1.336)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	480.850	(212.334)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(683.603)	(476.539)
Títulos e valores mobiliários	(5.845)	17.902
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(689.448)	(458.637)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	1.150.818	-
Captação de empréstimos e financiamentos	180.880	910.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(886.610)	(814.331)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(8.922)	(6.813)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	232.565
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	436.166	321.421
Variação no caixa líquido da Companhia	227.568	(349.550)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	468.539	217.136

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reapresentado
	30.06.2022	30.06.2021
1. Receitas	6.612.468	5.820.231
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	6.837.208	6.051.847
Fornecimento de energia elétrica	6.103.391	5.591.702
Outras receitas	53.007	2.481
Receita relativa à construção de ativos próprios	680.810	457.664
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(224.740)	(231.616)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(3.293.935)	(3.222.066)
Materiais	(585.462)	(406.470)
Outros custos operacionais	(206.185)	(185.463)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.110.524)	(2.346.264)
Serviços de terceiros	(391.764)	(283.869)
3. Valor adicionado bruto	3.318.533	2.598.165
4. Retenções	(278.016)	(249.227)
Depreciação e amortização	(278.016)	(249.227)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.040.517	2.348.938
6. Valor adicionado recebido em transferência	488.925	652.057
Receitas financeiras	488.925	652.057
7. Valor adicionado total a distribuir	3.529.442	3.000.995
8. Distribuição do valor adicionado	3.529.442	3.000.995
Empregados (Colaboradores)	101.245	109.235
Remunerações	67.346	57.648
FGTS	3.253	3.198
Outros encargos sociais	4.618	4.374
Previdência privada	3.981	3.931
Auxílio-alimentação	9.506	7.200
Convênio assistencial e outros benefícios	5.242	18.847
Participação nos resultados	7.299	14.037
Tributos (Governo)	2.629.702	2.106.147
Federais	155.976	263.073
Imposto de renda e contribuição social	(23.490)	32.274
COFINS	135.571	179.365
PIS	29.433	38.942
INSS	14.462	12.492
Estaduais	1.518.463	1.288.989
ICMS	1.518.463	1.288.989
Municipais	4.844	4.194
ISS	2.358	2.495
IPTU	1.345	1.536
Outros	1.141	163
Encargos setoriais	950.419	549.891
CDE - Conta de desenvolvimento energético	575.986	399.957
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	29.304	31.046
Encargos do consumidor - CCRBT	340.376	114.462
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.753	4.426
Remuneração de capitais de terceiros	850.992	801.339
Juros	851.984	800.258
Aluguéis	(992)	1.081
Remuneração de capitais próprios	(52.497)	(15.726)
Prejuízo absorvido	(52.497)	(15.726)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 86.929, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar, de R\$ 5.602 – vide nota explicativa nº 8.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a ter os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão**

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 16.303, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 10 - (Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros).

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irreversíveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. Em 10 de março de 2022, a Companhia protocolou pedido de reequilíbrio econômico à ANEEL, em função de situação extraordinária decorrente de lei estadual que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nessa resolução, também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta de escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 189.908, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais – vide nota explicativa nº 10. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras**

Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim a apresentação dessas informações estão condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 22 de fevereiro de 2022 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contém notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de julho de 2022.

2.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Embora a Companhia atue em dois estados diferentes (Estado do Rio de Janeiro e Minas gerais), possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.5 Reclassificação de saldos comparativos

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 30 de junho de 2021, originalmente autorizadas em 26 de julho de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:

(a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”.
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel.
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota essa mesma forma de apresentação, agora implementada pela Companhia, proporcionando uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto deste assunto no semestre findo em 30 de junho de 2021 é uma reclassificação de R\$ 171.319 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 27), sem efeito líquido na DRE.

(b) Reclassificação dos Encargos do consumidor (CCRBT), para “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”. O impacto no semestre findo em 30 de junho de 2021 é uma reclassificação de R\$ 114.462 da linha de Encargos do consumidor – CCRBT para Fornecimento de energia elétrica na Demonstração do Valor Adicionado, sem efeito líquido no lucro/prejuízo absorvido.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido. As alterações na DRE e DVA dos itens (a) e (b) anteriormente descritos, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2021			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificação	Reapresentado
Receita líquida	3.589.579	(a)	171.319	3.760.898
Custo do serviço	(3.170.139)		-	(3.170.139)
Lucro bruto	419.440		171.319	590.759
Total (despesas) receitas operacionais	(426.010)		-	(426.010)
Resultado do serviço público de energia elétrica	(6.570)		171.319	164.749
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	823.376	(a)	(171.319)	652.057
Despesas financeiras	(800.258)		-	(800.258)
Total do resultado financeiro	23.118		(171.319)	(148.201)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.548		-	16.548
Imposto de renda e contribuição social correntes	(118.821)		-	(118.821)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86.547		-	86.547
	(32.274)		-	(32.274)
Prejuízo líquido do exercício	(15.726)		-	(15.726)

	30.06.2021			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificação	Reapresentado
1. Receitas	5.534.450		285.781	5.820.231
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	5.766.066		285.781	6.051.847
Fornecimento de energia elétrica	5.305.921	(a) (b)	285.781	5.591.702
Outras receitas	2.481		-	2.481
Receita relativa à construção de ativos próprios	457.664		-	457.664
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(231.616)		-	(231.616)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(3.222.066)		-	(3.222.066)
3. Valor adicionado bruto	2.312.384		285.781	2.598.165
4. Retenções	(249.227)		-	(249.227)
Depreciação e amortização	(249.227)		-	(249.227)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.063.157		285.781	2.348.938
6. Valor adicionado recebido em transferência	823.376	(a)	(171.319)	652.057
7. Valor adicionado total a distribuir	2.886.533		114.462	3.000.995
8. Distribuição do valor adicionado	2.886.533		114.462	3.000.995
Empregados (Colaboradores)	109.235		-	109.235
Tributos (Governo)	1.991.685		114.462	2.106.147
Encargos setoriais	435.429		114.462	549.891
CDE - Conta de desenvolvimento energético	399.957		-	399.957
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	31.046		-	31.046
Encargos do consumidor - CCRBT	-	(b)	114.462	114.462
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.426		-	4.426
Remuneração de capitais de terceiros	801.339		-	801.339
Prejuízo absorvido	(15.726)		-	(15.726)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



3. Principais políticas contábeis e estimativas

As principais mudanças nas políticas contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2022 estão demonstradas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em:
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

4. Reajuste tarifário anual

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 15 de março de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

O reajuste tarifário médio de +16,86% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +15,38% e +17,39% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2022	
Encargos Setoriais	6,37%
Energia Comprada	1,56%
Encargos de Transmissão	-1,33%
Receita Irrecuperável	0,96%
Parcela A	7,56%
Parcela B	3,46%
Reajuste Econômico	11,02%
CVA Total	12,97%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,01%
Reajuste Financeiro	0,96%
Índice de Reajuste Total	11,98%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	4,88%
Efeito Para o Consumidor	16,86%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) **Parcela A:** Reajustada em +10,9%, representando +7,56% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de +39,1%, representando +6,38% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 ("CDE COVID") e o orçamento da CDE Uso para o ano de 2022, além dos encargos de serviço do sistema ("ESS") e PROINFA devido à escassez hídrica;
- Energia comprada - aumento de +4,0%, decorrente principalmente da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +1,56% no reajuste econômico;
- Encargos de transmissão - queda de -9,9% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e queda dos valores com transporte de Itaipu, representando -1,33% no reajuste econômico;
- Receitas Irrecuperáveis - aumento de +92,1% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,96% no reajuste econômico.

(ii) **Parcela B:** Reajustada em +11,3%, representando uma participação de +3,46% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de 10,54%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2022; e
- Fator X de -0,62%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,10%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,52%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 62.190, dentre os quais destacam-se: R\$ 843.007 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); neutralidade de encargos setoriais positivo de R\$ 48.903; sobrecontratação negativa de R\$ 135.264; diferimentos devido à escassez hídrica negativo de R\$ 348.059; e, previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 172.031.

Bandeira tarifária

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária verde vigente é a verde.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	10.740	5.771
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	169.723	32.080
Operações compromissadas	280.537	195.695
	450.260	227.775
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos (i)	7.539	7.425
Total de fundos de investimento não exclusivos	7.539	7.425
Total	468.539	240.971

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

	30.06.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	101.431	96.551
Fundos de investimentos exclusivos	21.132	20.167
Operações compromissadas	6.325	-
Títulos públicos	13.434	11.424
LF - Letra Financeira	1.373	8.743
Total	122.563	116.718

Fundo exclusivo das Empresas do grupo Enel, na qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 8,39% de representatividade sobre o total do mesmo, em 30 de junho de 2022 (22,88% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2022.

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total Líquido
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	30.06.2022		
Classes de consumidores:									
Residencial	214.608	229.289	56.745	156.304	257.471	999.993	1.914.410	(1.268.246)	646.164
Industrial	35.759	9.652	854	1.785	3.779	31.225	83.054	(33.110)	49.944
Comercial	83.190	47.056	12.529	26.366	39.728	167.004	375.873	(163.490)	212.383
Rural	5.571	5.658	1.158	2.683	4.618	11.807	31.495	(13.713)	17.782
Poder público	51.022	29.140	5.845	9.744	13.651	72.570	181.972	(22.708)	159.264
Iluminação pública	32.781	22.731	13.621	29.758	38.274	84.431	221.596	(42.815)	178.781
Serviço público	27.634	6.535	372	659	433	2.850	38.483	(723)	37.760
Fornecimento faturado	450.565	350.061	91.124	227.299	357.954	1.369.880	2.846.883	(1.544.805)	1.302.078
Receita não faturada	396.951	-	-	-	-	-	396.951	(10.500)	386.451
Parcelamento de débitos	345.243	-	-	-	-	-	345.243	(9.320)	335.923
Venda de Energia Excedente - MVE	6.053	-	-	-	-	-	6.053	-	6.053
Compartilhamento - uso mútuo	8.755	4.490	1.749	16.213	17.994	22.846	72.047	(37.898)	34.149
Agente de cobrança da iluminação pública	2.268	610	633	1.914	2.369	3.739	11.533	(8.789)	2.744
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Subtotal	1.209.835	355.161	93.506	245.426	378.317	1.400.601	3.682.846	(1.615.448)	2.067.398
							Circulante	1.900.537	
							Não circulante	166.861	

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total Líquido
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2021		
Classes de consumidores:									
Residencial	226.246	265.052	52.432	140.661	312.342	842.105	1.838.838	(1.053.454)	785.384
Industrial	27.275	9.419	4.229	3.488	4.159	35.915	84.485	(19.683)	64.802
Comercial	85.254	49.689	9.208	25.930	45.455	147.011	362.547	(226.375)	136.172
Rural	7.223	9.218	1.082	2.597	4.331	9.998	34.449	(12.813)	21.636
Poder público	42.138	16.573	1.674	7.750	12.498	84.744	165.377	(16.923)	148.454
Iluminação pública	50.513	22.743	5.537	16.461	20.631	89.949	205.834	(5.631)	200.203
Serviço público	28.328	1.403	298	1.122	956	3.661	35.768	(5.333)	30.435
Fornecimento faturado	466.977	374.097	74.460	198.009	400.372	1.213.383	2.727.298	(1.340.212)	1.387.086
Receita não faturada	465.962	-	-	-	-	-	465.962	(12.437)	453.525
Parcelamento de débitos	211.857	-	-	-	-	-	211.857	(6.157)	205.700
Venda de Energia Excedente - MVE	3.671	-	-	-	-	-	3.671	-	3.671
Compartilhamento - uso mútuo	10.948	12.748	2.366	11.469	9.396	16.519	63.446	(20.223)	43.223
Agente de cobrança da iluminação pública	2.487	1.012	-	851	1.458	2.281	8.089	(4.660)	3.429
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Subtotal	1.161.902	387.857	76.826	210.329	411.226	1.236.319	3.484.459	(1.387.825)	2.096.634
							Circulante		2.039.645
							Não circulante		56.989

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2021	Provisões	Perda	30.06.2022
Consumidores e outras contas a receber	(1.387.825)	(314.468)	86.845	(1.615.448)
Outros ativos	(25.700)	2.883	-	(22.817)
	<u>(1.413.525)</u>	<u>(311.585)</u>	<u>86.845</u>	<u>(1.638.265)</u>
Circulante	(1.409.389)			(1.634.129)
Não Circulante	(4.136)			(4.136)
Total	<u>(1.413.525)</u>			<u>(1.638.265)</u>

Rubricas de origem	31.12.2020	Provisões	Perda	30.06.2021
Consumidores e outras contas a receber	(1.020.330)	(321.053)	89.468	(1.251.915)
Outros ativos	(23.529)	(31)	-	(23.560)
	<u>(1.043.859)</u>	<u>(321.084)</u>	<u>89.468</u>	<u>(1.275.475)</u>
Circulante	(1.038.494)			(1.271.339)
Não Circulante	(5.365)			(4.136)
Total	<u>(1.043.859)</u>			<u>(1.275.475)</u>

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, sendo determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia está avaliando as medidas de recuperação e compensações dos efeitos oriundos das restrições impostas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, como medidas protetivas em relação a pandemia, mas que restringiram os cortes de energia, tanto para o público em geral e o público Baixa Renda.

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	30.06.2022	31.12.2021
Baixa renda - subsidio CDE	5.192	2.654
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	9.373	2.202
CDE a receber - diferença ciclo anterior	8.023	3.582
Bônus - Redução Voluntária de consumo (a)	5.602	86.929
	28.190	95.367

- a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 81.327, restando um saldo de R\$ 5.602 a ser ressarcido.

9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

	30.06.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	223.951	112.379
Contribuição social	58.711	40.788
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.965	68.480
Total	284.627	221.647

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (a)	124.734	123.293	138.221	106.936
PIS e COFINS	22.557	-	11.623	-
PIS e COFINS (ICMS) (b)	422.522	2.681.549	436.501	2.774.969
Outros tributos	1.890	-	1.889	-
Total	571.703	2.804.842	588.234	2.881.905

- (a) Em 30 de junho de 2022, o total de crédito de ICMS, está composto por R\$ 136.707 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 45.582 de Incentivo cultural, R\$ 23.085 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 3.005 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 14.918 ao pedido de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e R\$ 24.730 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio.
- (b) A Companhia amparada pela a decisão do STF de 13 de maio de 2021 (vide nota explicativa nº17) na melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 um ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 422.522 no curto prazo e R\$ 2.681.549 no longo prazo.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2021	Adição	Amortização	Recebimento escassez hídrica	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo Circulante	Ativo e passivo Não circulante
CVA	750.623	196.149	(266.704)	-	(414.973)	27.277	(44.453)	247.919	541.860	(293.941)	455.692	(207.773)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	341.482	(54.932)	(94.110)	-	(113.736)	7.571	(44.453)	41.822	244.444	(202.622)	185.048	(143.226)
Proinfra	1.105	10.737	(5.115)	-	-	510	-	7.237	7.237	-	7.237	-
Transporte rede básica	23.948	(3.882)	(4.785)	-	-	(978)	-	14.303	18.499	(4.196)	17.269	(2.966)
Transporte de energia - Itaipu	863	(247)	204	-	-	65	-	885	1.176	(291)	1.090	(205)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	363.685	163.049	(131.665)	-	(301.237)	16.410	-	110.242	226.351	(116.109)	192.313	(82.071)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	19.540	81.424	(31.233)	-	-	3.699	-	73.430	44.153	29.277	52.735	20.695
Demais passivos financeiros setoriais	(343.762)	49.216	163.637	(189.908)	46.990	3.049	44.453	(226.325)	(180.690)	(45.635)	(201.516)	(24.809)
Neutralidade da parcela A	65.566	(40.280)	(25.965)	-	-	(4.874)	-	(5.553)	32.602	(38.155)	21.417	(26.970)
Sobrecontratação de energia	(128.727)	22.249	57.877	-	(17.773)	(3.664)	-	(70.038)	(90.176)	20.138	(84.273)	14.235
Diferimento/devoluções tarifárias	(29.125)	(9.824)	13.284	-	-	(1.554)	-	(27.219)	(16.714)	(10.505)	(19.794)	(7.425)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	(75.300)	-	-	64.763	-	-	(10.537)	-	(10.537)	(10.537)	-
Antecipação da parcela B	(15.603)	-	15.603	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco hidrológico	(170.541)	(83.706)	90.079	-	-	(3.009)	-	(167.177)	(108.909)	(58.268)	(125.991)	(41.186)
Bandeira escassez hídrica (a)	-	160.251	-	-	-	(826)	-	159.425	-	159.425	159.425	-
Outros (b)	(65.332)	75.826	12.759	(189.908)	-	16.976	44.453	(105.226)	2.507	(107.733)	(141.763)	36.537
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	406.861	245.365	(103.067)	(189.908)	(367.983)	30.326	-	21.594	361.170	(339.576)	254.176	(232.582)

- (a) **Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica:** Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 348.059, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 4. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, foi constituído uma adição de R\$ 160.251.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) **Recebimento Escassez Hídrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$ 189.908.

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento escassez hídrica	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo Circulante	Ativo e passivo Não circulante
CVA	(91.719)	1.346.010	(52.064)	-	(526.344)	19.182	55.558	750.623	764.282	(13.659)	595.672	154.951
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(116.523)	897.978	(54.692)	-	(415.849)	16.805	13.763	341.482	366.332	(24.850)	267.212	74.270
Proinfa	2.182	2.700	(2.799)	-	-	58	(1.036)	1.105	-	1.105	1.105	-
Transporte rede básica	9.713	26.082	(4.246)	-	-	1.752	(9.353)	23.948	26.738	(2.790)	18.528	5.420
Transporte de energia - Itaipu	232	1.558	(1.777)	-	-	326	524	863	1.261	(398)	607	256
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	1.391	391.862	11.215	-	(110.495)	1.006	68.706	363.685	356.730	6.955	291.361	72.324
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.286	25.830	235	-	-	(765)	(17.046)	19.540	13.221	6.319	16.859	2.681
Demais passivos financeiros setoriais	(297.765)	(246.903)	366.185	-	(3.357)	(33.499)	(128.423)	(343.762)	(276.178)	(67.584)	(287.769)	(55.993)
Neutralidade da parcela A	61.398	61.216	(45.532)	-	-	1.471	(12.987)	65.566	55.902	9.664	54.233	11.333
Sobrecontratação de energia	(31.992)	(74.593)	76.588	-	(3.357)	(5.526)	(89.847)	(128.727)	(115.938)	(12.789)	(105.222)	(23.505)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(29.358)	(27.197)	29.403	-	-	(1.973)	-	(29.125)	(24.199)	(4.926)	(24.219)	(4.906)
Antecipação da parcela B	(127.794)	-	78.017	-	-	-	34.174	(15.603)	(15.603)	-	(15.603)	-
Risco hidrológico	(218.184)	(166.066)	205.251	-	-	(5.019)	13.477	(170.541)	(134.918)	(35.623)	(143.189)	(27.352)
Outros	48.165	(40.263)	22.458	-	-	(22.452)	(73.240)	(65.332)	(41.422)	(23.910)	(53.769)	(11.563)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(389.484)	1.099.107	314.121	-	(529.701)	(14.317)	(72.865)	406.861	488.104	(81.243)	307.903	98.958

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Ativo indenizável (concessão)**

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ativo indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.321.429
Transferências do ativo contratual	48.646
Marcação a mercado	171.319
Saldo em 30 de junho de 2021	4.541.394
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.287.315
Transferências do ativo contratual	318.505
Marcação a mercado	291.811
Saldo em 30 de junho de 2022	5.897.631

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / Amortização	Transferência	Reclassificação	30.06.2022
Imobilizado em serviço						
Terrenos	515	-	-	-	-	515
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	23.537	-	-	1.513	-	25.050
Máquinas e equipamentos	72.297	-	-	5.374	-	77.671
Veículos	2.238	-	-	-	-	2.238
Móveis e utensílios	28.633	-	-	13	-	28.646
Subtotal	127.220	-	-	6.900	-	134.120
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(12.585)	-	(312)	-	-	(12.897)
Máquinas e equipamentos	(53.215)	-	(1.224)	-	454	(53.985)
Veículos	(2.163)	-	(9)	-	-	(2.172)
Móveis e utensílios	(20.957)	-	(998)	-	-	(21.955)
Subtotal	(88.920)	-	(2.543)	-	454	(91.009)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	8.981	(215)	-	(3.841)	8.671	13.596
Máquinas e equipamentos	13.982	3.529	-	(5.331)	(9.125)	3.055
Veículos	1.057	-	-	-	-	1.057
Móveis e utensílios	8.085	(689)	-	(13)	-	7.383
Subtotal	32.105	2.625	-	(9.185)	(454)	25.091
Total do imobilizado	70.405	2.625	(2.543)	(2.285)	-	68.202
Ativo de direito de uso						
Terrenos	473	-	(67)	-	-	406
Imóveis	23.878	13.166	(3.984)	-	-	33.060
Veículos	11.903	-	(4.084)	-	-	7.819
Subtotal	36.254	13.166	(8.135)	-	-	41.285
Total	106.659	15.791	(10.678)	(2.285)	-	109.487

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2020	Depreciação / Amortização	Baixas	30.06.2021
Imobilizado em serviço				
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	675	-	-	675
Máquinas e equipamentos	138.776	-	-	138.776
Móveis e utensílios	42.040	-	-	42.040
Subtotal	181.491	-	-	181.491
Depreciação acumulada				
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(129)	(195)	-	(324)
Máquinas e equipamentos	(101.920)	(1.731)	-	(103.651)
Móveis e utensílios	(23.297)	(994)	-	(24.291)
Subtotal	(125.346)	(2.920)	-	(128.266)
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	5.544	-	(13)	5.531
Móveis e utensílios	6.932	-	-	6.932
Subtotal	12.476	-	(13)	12.463
Total do imobilizado	68.621	(2.920)	(13)	65.688
Ativo de direito de uso				
Terrenos	637	(81)	-	556
Imóveis	32.443	(4.375)	-	28.068
Subtotal	33.080	(4.456)	-	28.624
Total	101.701	(7.376)	(13)	94.312

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de junho de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	3,83
Imóveis	2,67
Veículos e outros meios de transporte	1,58

13. Intangível

	30.06.2022			31.12.2021
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	6.632.781	(4.293.759)	(116.722)	2.222.300
Software	389.577	(247.692)	-	141.885
Bens de renda	21.876	(20.736)	-	1.140
Total	7.044.234	(4.562.187)	(116.722)	2.365.325

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.576.472	(3.803.109)	(140.312)	2.633.051
Amortização	-	(251.150)	9.299	(241.851)
Transferência dos ativos contratuais	102.935	-	-	102.935
Saldo em 30 de junho de 2021	6.679.407	(4.054.259)	(131.013)	2.494.135
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.850.614	(4.305.305)	(118.658)	2.426.651
Baixas	(29.672)	19.663	(479)	(10.488)
Amortização	-	(276.545)	9.208	(267.337)
Transferência dos ativos contratuais	223.292	-	(6.793)	216.499
Saldo em 30 de junho de 2022	7.044.234	(4.562.187)	(116.722)	2.365.325

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Ativos contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,14 % a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 foi de 3,11% a.a.).

	30.06.2022			31.12.2021
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso				
Direito de uso da concessão	987.167	(66.555)	920.612	801.492
Software	183.703	-	183.703	154.564
Total	1.170.870	(66.555)	1.104.315	956.056

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	721.462	(101.993)	619.469
Adições	476.274	-	476.274
Capitalização de juros de empréstimos	278	-	278
Transferências para ativo intangível	(102.935)	-	(102.935)
Transferências para ativo indenizável	(48.646)	-	(48.646)
Saldo em 30 de junho de 2021	1.046.433	(101.993)	944.440
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.058.049	(101.993)	956.056
Adições	680.823	-	680.823
Capitalização de juros de empréstimos	155	-	155
Reclassificações	(35.438)	35.438	-
Reclassificações para o ativo intangível	(216.499)	-	(216.499)
Transferências para ativo indenizável	(318.505)	-	(318.505)
Transferências para ativo imobilizado	2.285	-	2.285
Saldo em 30 de junho de 2022	1.170.870	(66.555)	1.104.315

15. Fornecedores

	30.06.2022	31.12.2021
Compra de Energia	333.908	433.166
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 21)	1.584	1.847
Encargo de Uso da Rede	96.932	277.120
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 21)	406	432
Total energia	432.830	712.565
Materiais e serviços	634.641	526.922
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 21)	144.514	119.012
Total fornecedores	1.211.985	1.358.499

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Outras obrigações fiscais**

	30.06.2022			31.12.2021
	Circulante	Não circulante	Total	
Obrigações fiscais federais				
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	55.996	140.894	196.890	197.666
Programa de integração social - PIS	5.106	-	5.106	5.491
INSS s/ terceiros	5.143	-	5.143	5.188
Outros tributos e contribuições	(5.494)	-	(5.494)	571
Subtotal - Federais	60.751	140.894	201.645	208.916
Obrigações fiscais estaduais				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	102.675	-	102.675	117.413
Subtotal - Estaduais	102.675	-	102.675	117.413
Obrigações fiscais municipais				
Imposto sobre serviços - ISS	6.306	-	6.306	8.039
Outros tributos e contribuições	2.361	-	2.361	(1.809)
Subtotal - municipais	8.667	-	8.667	6.230
Total outros tributos a pagar	172.093	140.894	312.987	332.559

- a) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. Para as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10, é efetuado pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20, quando o pagamento ocorre no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e são deduzidos os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento.

17. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022. Mais informações vide nota explicativa nº 35.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando até 30 de junho de 2022 o montante total compensado de R\$ 233.892.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	30.06.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	9	422.522	436.501
<u>Ativo não circulante</u>	9	2.681.549	2.774.969
Total do ativo		3.104.071	3.211.470
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>	17	422.522	436.501
<u>Passivo não circulante</u>	17	2.914.677	2.814.422
Total do passivo		3.337.199	3.250.923
		30.06.2022	30.06.2021
Resultado			
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		100.352	1.151.828
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(100.352)	(1.151.828)
Impacto líquido		-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.211.470	3.250.923
Atualização	100.352	100.352
Compensação	(194.439)	-
Outros - ajuste créditos e pagamento honorários	(13.312)	(14.076)
Saldo em 30 de junho de 2022	3.104.071	3.337.199



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.06.2022						31.12.2021					
	Circulante			Não Circulante		Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante		Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Total	
Moeda estrangeira:												
Scotiabank 4131 III	1.112	-	1.112	192.871	192.871	193.983	1.195	-	1.195	205.923	205.923	207.118
Scotiabank 4131 IV	537	-	537	115.723	115.723	116.260	607	-	607	123.554	123.554	124.161
BNP PARIBAS 4131 II	65	204.973	205.038	-	-	205.038	79	218.843	218.922	-	-	218.922
Total	1.714	204.973	206.687	308.594	308.594	515.281	1.881	218.843	220.724	329.477	329.477	550.201
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	20.596	876.352	896.948	1.343.976	1.343.976	2.240.924	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	20.596	876.352	896.948	1.343.976	1.343.976	2.240.924	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812
Total moeda estrangeira	22.310	1.081.325	1.103.635	1.652.570	1.652.570	2.756.205	8.839	1.230.652	1.239.491	1.889.522	1.889.522	3.129.013
Moeda nacional:												
Financiamentos												
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	9	7.569	7.578	-	-	7.578	15	8.257	8.272	3.440	3.440	11.712
BNP PARIBAS 4131	-	-	-	-	-	-	13.720	400.000	413.720	-	-	413.720
Financiamentos - Moeda nacional	9	7.569	7.578	-	-	7.578	13.735	408.257	421.992	3.440	3.440	425.432
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Brasil Mútuo não Subordinado (vide nota 21)	139.359	1.056.445	1.195.804	-	-	1.195.804	73.426	1.211.861	1.285.287	-	-	1.285.287
Enel Finance International N.V. I e II (vide nota 21)	62.994	230.000	292.994	750.000	750.000	1.042.994	14.837	-	14.837	980.000	980.000	994.837
CDSA (vide nota 21)	-	-	-	-	-	-	738	140.724	141.462	-	-	141.462
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	202.353	1.286.445	1.488.798	750.000	750.000	2.238.798	89.001	1.352.585	1.441.586	980.000	980.000	2.421.586
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	202.362	1.294.014	1.496.376	750.000	750.000	2.246.376	102.736	1.760.842	1.863.578	983.440	983.440	2.847.018
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	224.672	2.375.339	2.600.011	2.402.570	2.402.570	5.002.581	111.575	2.991.494	3.103.069	2.872.962	2.872.962	5.976.031

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Captações	-	230.000	360.000	320.000	680.000
Encargos provisionados	39.065	20.585	12.376	1.704	32.755
Encargos pagos	(20.576)	-	(11.172)	-	(29.994)
Variação cambial	-	-	(4.836)	(38.160)	154.561
Transferências	1.002.206	(1.002.206)	1.459	(1.459)	-
Amortizações	(261.766)	-	(552.565)	-	(812.267)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
Saldo em 30 de junho de 2021	781.686	1.726.444	709.931	485.877	3.703.938
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.863.578	983.440	1.239.491	1.889.522	5.976.031
Captações	180.880	-	-	-	180.880
Encargos provisionados	150.989	-	18.264	-	169.253
Encargos pagos	(45.901)	-	(3.888)	-	(49.789)
Variação cambial	-	-	(149.298)	(237.886)	(387.184)
Transferências	233.440	(233.440)	(934)	934	-
Amortizações	(886.610)	-	-	-	(886.610)
Saldo em 30 de junho de 2022	1.496.376	750.000	1.103.635	1.652.570	5.002.581

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

30.06.2022			
2023	2024	2025	Total não Circulante
548.700	1.545.277	308.593	2.402.570



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 58	180.880	05/01/2022	31/01/2022	1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
Enel Brasil Mútuo	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 54	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Finance International N.V.II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.III	294.500	01/07/2021	03/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IV	299.800	08/07/2021	10/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. V	306.765	03/09/2021	03/09/2024	1,53%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VI	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VII	347.881	14/12/2021	16/12/2024	1,65%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VIII	1.025.952	28/12/2021	28/12/2022	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores liquidados durante o semestre findo em 30 de junho de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	06/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Brasil Mútuo 56	100.466	30/09/2021	31/03/2022	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla x CDSA I	140.723.544	14/12/2021	07/01/2022	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 57	60.411.925	23/12/2021	31/03/2022	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 58	180.880	05/01/2022	31/01/2022	1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no semestre findo em 30 de junho de 2022.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações por arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 e ao ofício CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, as obrigações por arrendamentos são demonstradas como segue. As taxas incrementais são determinadas com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários.

Os saldos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.06.2022	31.12.2021	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Terrenos	556	792	01/01/2030	46	Mensal	de 8,55% a.a até 12,94% a.a
Imóveis	38.384	32.795	01/06/1931	32	Mensal	de 4,76% a.a até 11,78% a.a
Veículos e outros meios de transporte	5.450	7.932	26/10/2024	19	Mensal	de 11,49% a.a até 11,73% a.a
Total	44.390	41.519				
Circulante	16.545	18.358				
Não circulante	27.845	23.161				
	44.390	41.519				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	30.06.2022		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2022	18.630	(2.085)	16.545
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	30.654	(2.809)	27.845
Até 2 anos - 2023	9.001	(1.436)	7.565
Até 3 anos - 2024	8.352	(956)	7.396
Até 4 anos - 2025	8.034	(374)	7.660
Até 5 anos - 2026	5.267	(43)	5.224
Total circulante e não circulante	49.284	(4.894)	44.390

A seguir é apresentada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.018	26.721	41.739
Pagamentos - Principal	(6.813)	-	(6.813)
Pagamentos - Juros	(1.336)	-	(1.336)
Transferências	5.818	(5.818)	-
Encargos provisionados	1.336	-	1.336
Saldo em 30 de junho de 2021	14.023	20.903	34.926

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.358	23.161	41.519
Adições	-	13.734	13.734
Remensuração	-	(568)	(568)
Pagamentos - Principal	(8.922)	-	(8.922)
Pagamentos - Juros	(2.696)	-	(2.696)
Transferências	8.482	(8.482)	-
Encargos provisionados	1.323	-	1.323
Saldo em 30 de junho de 2022	16.545	27.845	44.390

20. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.06.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CONTA COVID	25.969	25.969
Programa de Eficiência Energética- (“PEE”)	54.923	57.004
Pesquisa e desenvolvimento- (“P&D”)	43.883	42.101
Outros	999	918
Total	125.774	125.992
 Circulante	 103.819	 82.687
Não Circulante	21.955	43.305

21. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações de partes relacionadas.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.06.2022			31.12.2021			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	30.06.2022	30.06.2021
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão			294.823			332.187	(18.882)	(18.882)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	590	-	-	411	-	-	308	121
Prestação de serviços de desenvolvimento (nota 15)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	3.846	-	-	7.331	-	(103)	(5.086)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020. (nota 15)	ENEL Brasil S.A	Março de 2020 a Março de 2025	-	50.655	-	-	37.339	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*) (nota 15)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	-	2.357	-	-	2.229	-	-	-
	ENEL Brasil S.A		-	75.697	-	-	63.553	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR (nota 15)	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	673	-	-	656	-	(3.913)	(3.619)
	ENEL Green Power Paranapanema		-	87	-	-	85	-	(494)	(457)
	ENEL Green Power Mourão		-	25	-	-	24	-	(143)	(132)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	102	-	-	136	-	(528)	(483)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	79	-	-	102	-	(354)	(324)
	ENEL Green Power Salto do Apicás S.A		-	168	-	-	225	-	(871)	(797)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	187	-	-	275	-	(667)	(612)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	263	-	-	344	-	(619)	(568)
Suprimento de energia - MVE	Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	517	-	-	-	408	-	517	-
Reembolso de despesas de viagens (projetos) (nota 15)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	203	-	-	162	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão (nota 15)	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	406	-	-	432	-	(2.458)	(2.480)
Dividendos	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2019 a dezembro de 2022	-	77.635	-	-	57.880	-	-	-
Mútuo	ENEL Brasil S.A	Vide nota 18	27.351	1.195.803	-	26.531	1.285.466	-	(77.668)	(23.726)
	Enel Finance International N.V.		-	1.189.942	2.093.977	-	1.033.604	2.540.045	268.542	(18.765)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	-	-	-	738	140.724	(285)	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A	07/02/2022	-	249	-	-	952	-	(771)	(2.629)
Reembolso expatriados (nota 15)	ENEL SPA	Até o final da concessão	298	2.261	-	298	1.728	-	(776)	(568)
	Enel Romania SA		444	-	-	444	-	-	-	-
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		-	-	-	-	-	-	-	116
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK		-	1.034	-	-	915	-	(361)	(581)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM. (nota 15)	ENEL Ibérica SLR	Até o final da concessão	-	1.202	-	-	1.387	-	-	-



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*) (nota 15)	ENEL Distribuição Ceará - COELCE	Fevereiro de 2024	2.636	232	-	2.636	232	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		781	-	-	781	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	377	-	-	377	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		5.188	251	-	5.188	251	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		1.233	4.155	-	1.067	1.265	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	13	183	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		4.989	2.061	-	4.989	2.061	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		79	-	-	79	-	-	-	-
			44.119	2.610.133	2.388.800	42.437	2.500.340	3.012.956	160.474	(79.472)
			(-) Benefícios pós-emprego							
			-	-	294.823	-	-	332.187	(18.882)	(18.882)
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			44.119	2.610.133	2.093.977	42.437	2.500.340	2.680.769	179.356	(60.590)

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no período findo em 30 de junho de 2022.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL n° 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho n° 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuos

As operações foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia possui três operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil e oito operações com a *Enel Finance International N.V* (controle comum) conforme detalhados a seguir:

Enel Brasil

Mútuo 52: Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 1.054. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 224.821 (R\$ 212.704 em 31 de dezembro de 2021).

Mútuo 54: Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020. Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia pagou parcialmente o montante de R\$ 11.721. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 100.150 (R\$ 93.960 em 31 de dezembro de 2021).

Mútuo 55: Em 07 de julho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 750.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,27% a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 870.834 (R\$ 817.131 em 31 de dezembro de 2021).

Mútuo 56: Em 30 de setembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a sua controladora Enel Brasil para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R\$ 100.466. Esse mútuo foi liquidado em 31 de março de 2022 (R\$ R\$ 100.934 em 31 de dezembro de 2021).

Mútuo 57: Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a sua controladora Enel Brasil para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R\$ 60.412. Esse mútuo foi liquidado em 31 de março de 2022 (R\$ R\$ 60.412 em 31 de dezembro de 2021).

Mútuo 58: Em 05 de janeiro de 2022 a Companhia contraiu novo mútuo junto a sua controladora Enel Brasil para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R\$ 180.880. Esse mútuo foi liquidado em 31 de janeiro de 2022.

Enel Finance International

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 21 de dezembro de 2020 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$750.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2024 a uma taxa de CDI + 1,41 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 806.094 (R\$ 752.791 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) II: Em 15 de abril de 2021, a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$230.000 com vencimento em 17 de abril de 2023 a uma taxa de CDI + 1,06 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 236.900 (R\$ 242.046 em 31 de dezembro de 2021).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) III: Em 28 de junho de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 294.500. O mútuo possui taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,53% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 278.451 (R\$ 323.429 em 31 de dezembro de 2021).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) IV: Em 05 de julho de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 299.800. O mútuo possui taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 10 julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,665% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 277.359 (R\$ 318.164 em 31 de dezembro de 2021).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) V: Em 26 de agosto de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 306.765. O mútuo possui taxa fixa de 1,5294% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 setembro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,79% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 277.350 (R\$ 317.789 em 31 de dezembro de 2021).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VI: Em 13 de outubro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 40.000 cada, correspondente a R\$ 257.600. O mútuo possui taxa fixa de 1,5882% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 10 de outubro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,77% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 221.589 (R\$ 253.812 em 31 de dezembro de 2021).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VII: Em 14 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 55.000 cada, correspondente a R\$ 347.881. O mútuo possui taxa fixa de 1,6471% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 16 de dezembro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,78% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 305.079 (R\$ 353.721 em 31 de dezembro de 2021).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VIII: Em 28 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante de EUR 160.000 cada, correspondente a R\$ 1.025.952. O mútuo possui taxa fixa de 1,0588% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 28 de dezembro de 2022. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,23% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 881.095 (R\$ 1.101.897 em 31 de dezembro de 2021).

CDSA

Mútuo CDSA: Em 12 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu mútuo junto a companhia CDSA para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R\$ 140.724 com vencimento em fevereiro de 2022. Esse mútuo foi liquidado em 07 de janeiro de 2022 (o saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 141.462).

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal	Principal	Encargo	Principal	Principal
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil	139.359	1.056.445	-	73.426	1.211.861	-
Enel Finance International N.V. I e II	62.994	230.000	750.000	14.837	-	980.000
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	20.596	876.352	1.343.976	6.958	1.011.809	1.560.045
CDSA	-	-	-	738	140.724	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	222.949	2.162.797	2.093.976	95.959	2.364.394	2.540.045

Encargos de empréstimos com partes-relacionadas

	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	12.843
Enel Brasil	77.668	10.883
Enel Finance International N.V. I e II	69.345	16.427
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	14.565	2.338
CDSA	285	-
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	161.863	42.491

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Finance	CDSA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.316.368	750.754	-	2.067.122
Captação	-	230.000	-	230.000
Amortização	(257.638)	-	-	(257.638)
Encargos provisionados	23.726	18.765	-	42.491
Encargos pagos	(2.944)	-	-	(2.944)
Saldo em 30 de junho de 2021	1.079.512	999.519	-	2.079.031
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.036.040	2.822.896	141.462	5.000.398
Captação	180.880	-	-	180.880
Amortização	(341.758)	-	(140.724)	(482.482)
Encargos provisionados	77.668	83.910	285	161.863
Encargos pagos	(6.273)	(21.189)	(1.023)	(28.485)
Variação monetária e cambial	-	(352.452)	-	(352.452)
Saldo em 30 de junho de 2022	1.946.557	2.533.165	-	4.479.722

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	(1.564)	290	(103)	827
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	21	41	30	66
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	40	40	180	361
Total	(1.503)	371	107	1.254

22. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasieltros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasieltros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Os planos de assistência médica, FGTS e BD nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 estão representados abaixo:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.215	93.096	192.877	16.394	348.582
Custo do serviço corrente	-	42	832	342	1.216
Custo dos juros líquidos	(886)	4.094	8.665	650	12.523
Contribuições reais do empregador	(47.911)	(7.109)	(11.267)	(1.137)	(67.424)
Perda atuarial	2.582	14.871	(1.277)	(587)	15.589
Saldos em 30 de junho de 2022	-	104.994	189.830	15.662	310.486

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.272	101.595	282.654	21.725	590.246
Custo do serviço corrente	(11)	53	-	454	496
Custo dos juros líquidos	5.759	3.507	9.574	621	19.461
Contribuições reais do empregador	(43.950)	(4.895)	(13.175)	(436)	(62.456)
Ganho atuarial	(85.732)	(22.940)	(1.604)	(1.965)	(112.241)
Saldos em 30 de junho de 2021	60.338	77.320	277.449	20.399	435.506

Informações relevantes dos benefícios pós emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

procedeu a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2022, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2022, ocasionou um aumento de R\$ 15.589 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(a) Ativos e passivos atuariais:

	30.06.2022	31.12.2021
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	1.355.268	1.414.121
Valor justo dos ativos do plano	(1.140.637)	(1.090.644)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	95.855	25.105
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	310.486	348.582

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.414.121	1.642.975
Custo dos serviços correntes	1.216	991
Custos dos juros	63.228	112.268
Contribuição de participantes do plano	9	145
Benefícios pagos pelo plano	(64.957)	(135.522)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(58.349)	(206.736)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.355.268	1.414.121

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.090.644	1.052.729
Retorno esperado dos ativos do plano	51.000	73.346
contribuições recebidas de participantes do plano	9	145
Contribuições recebidas do empregador	67.424	150.099
Benefícios pagos pelo plano	(64.957)	(135.522)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(3.483)	(50.153)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.140.637	1.090.644

(d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2022
Saldo do início do exercício	348.582
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	1.216
Juros líquido conforme laudo atuarial	12.523
Pagamento de contribuições	(67.424)
Ajustes de avaliação atuarial	15.589
Saldo do final do período	310.486

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	30.06.2022	31.12.2021
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	25.105	-
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	295	-
Outras variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	12.722	25.105
	38.122	25.105

(f) Despesa reconhecida no resultado dos trimestres e semestres:

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Custo do serviço corrente	608	1.216	249	496
Custos dos juros	6.261	12.523	9.730	19.461
Total de despesas	6.869	13.739	9.979	19.957

(g) Movimentação das mensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	30.06.2022	31.12.2021
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	58.349	229.557
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos	(3.483)	(50.153)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(70.455)	(25.105)
Montante reconhecido no período em ORA	(15.589)	131.478

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Planos BD		Plano CD		Plano Médico		Plano FGTS	
10,03%	9,41%	10,08%	9,46%	10,08%	9,46%	9,98%	9,41%

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não sofreram alteração.

(h) Estimativa de despesa para o segundo semestre de 2022:

	01.07.2022 a 31.12.2022
Custo do serviços correntes	1.216
Custos dos juros líquidos	12.523
Total da despesa projetada para o segundo semestre de 2022	13.739

23. Provisão para processos judiciais e outros riscos**23.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável**

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2022
Trabalhistas (a)	331.190	45.882	(43.999)	24.467	(23.506)	334.034
Cíveis (b)	297.845	132.494	(68.655)	45.504	(68.024)	339.164
Fiscais (c)	24.477	-	(83)	432	(70)	24.756
Regulatório (d)	1.693	-	-	76	-	1.769
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	655.205	178.376	(112.737)	70.479	(91.600)	699.723
Outras provisões (e)	7.179	-	-	-	(2.108)	5.071
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	662.384	178.376	(112.737)	70.479	(93.708)	704.794
Circulante	486					-
Não circulante	661.898					704.794

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2021
Trabalhistas (a)	294.155	19.506	(19.035)	11.894	(4.356)	302.164
Cíveis (b)	285.913	85.442	(60.032)	33.295	(50.297)	294.321
Fiscais (c)	203.779	-	-	(6.103)	-	197.676
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	-	1.444
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	785.291	104.948	(79.067)	39.086	(54.653)	795.605
Outras provisões (e)	-	13.615	-	-	(2.330)	11.285
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	785.291	118.563	(79.067)	39.086	(56.983)	806.890
Circulante	179.662					176.304
Não circulante	605.629					630.586

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de empregados e ex-empregados próprios e de empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e consequentemente equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$ 14.751 (R\$14.492 em 31 de dezembro de 2021).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$ 6.489, valor total do auto de R\$ 16.223, (R\$ 6.388 e R\$ 15.970 em 31 de dezembro de 2021) e de R\$ 571, valor total do auto R\$ 2.857 (R\$561 e R\$2.806 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 846/2019 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

e) Outras provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

23.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.06.2022	31.12.2021
Trabalhistas	243.172	269.139
Cíveis (a)	927.527	1.478.886
Fiscais (b)	1.808.690	1.778.241
Juizados especiais	264.936	191.914
Regulatório	18.832	17.887
Total	3.263.157	3.736.067

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa 23.1.b.

b) Fiscais

b.1) Temas federais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de junho de 2022 é de R\$ 1.353.981 (R\$ 1.332.501 em 31 de dezembro 2021).

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 346.152 em 30 de junho de 2022 (R\$ 337.860 em 31 de dezembro de 2021), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empacotamento que juntos somam o valor de R\$ 24.446 em 30 de junho de 2022 (R\$ 23.918 em 31 de dezembro de 2021). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 2.454, em 30 de junho de 2022 (R\$ 2.394 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 30 de junho de 2022 de R\$ 44.459 (R\$ 43.010 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de junho de 2022 de R\$ 37.198 (R\$ 36.303 em 31 de dezembro de 2021).

23.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.06.2022	31.12.2021
Trabalhistas	161.485	183.339
Cíveis	71.657	77.459
Fiscais	1.057	1.025
Total	234.199	261.823

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 3.649.048, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	239.730.313	99,80%	166.191.392	99,73%
Outros	479.608	0,20%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	240.209.921	100,00%	166.634.326	100,00%

Em 07 de março de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o aumento de capital no valor de R\$ 1.640.000 passando o capital de R\$ 2.498.230 para R\$ 4.138.230 mediante emissão de 73.575.595 novas ações ordinárias no valor de R\$ 22,29 por ação. As ações foram totalmente subscritas e parcialmente integralizadas pela Enel Brasil, mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados em janeiro e fevereiro de 2022 no valor total de R\$ 1.010.000 e ao aporte de capital realizado em março de 2022 de R\$ 140.000. O montante de R\$ 490.000 será integralizado até 31 de dezembro de 2022.

Durante o período de 07 de março de 2022 a 22 de abril de 2022, os acionistas minoritários puderam exercer o direito de subscrição das ações ordinárias emitidas no âmbito do aumento de capital da Companhia. Com isso, foram emitidas 70 ações com base no exercício do direito de subscrição de sobras, correspondente a quantia de R\$ 1,56. Dessa forma, foram subscritas 36.674 ações (incluindo as sobras), no valor de R\$ 22,29 por ação as quais estão contidas nas 73.575.595 ações ordinárias emitidas quando da aprovação do aumento do capital social em 07 de março de 2022, com aumento complementar de R\$ 818.

Diante disso, o aumento de capital total no primeiro semestre de 2022 foi de R\$ 1.640.818 passando o capital social de R\$ 2.498.230 para R\$ 4.139.048.

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até R\$ 1.000.000 até o limite de R\$ 2.498.230, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do período, a Companhia absorve

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	30.06.2022	30.06.2021
Ganho/perda atuarial em benefício pós-emprego	(15.589)	112.241
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefício pós-emprego	5.300	(38.162)
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	(95.967)	(1.313)
Tributos diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	32.629	446
	(73.627)	73.212

f) Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 13 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual segue: (i) Reserva Legal no montante de R\$ 4.170; (ii) dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$19.808. Após acréscimo do valor de R\$86.776 correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), o saldo, no valor total de R\$146.199, foi destinado a reserva de reforço de capital de giro, nos termos do art. 27, parágrafo primeiro, do Estatuto Social. Os dividendos aprovados serão pagos, em uma ou várias parcelas, até 31 de dezembro de 2022. O saldo dos dividendos a pagar da Companhia é de R\$ 77.771, sendo: R\$ 19.808 referente ao exercício 2021 e R\$ 57.963 referente a exercícios anteriores.

25. Resultado por ação

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Prejuízo líquido do período	(91.579)	(52.497)	(61.153)	(15.726)
Número de ações	240.209.921	213.903.563	166.634.326	166.634.326
Resultado por ação do período - básico e diluído (reais por ação)	(0,381246)	(0,245424)	(0,366989)	(0,094374)

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinária sem poder dos acionistas.

26. Receita operacional líquida**a) Nos trimestres:**

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.04.2022 a 30.06.2022			Reapresentado		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.818.875	1.203.235	1.041.740	2.555.790	1.265.205	1.264.597
Industrial	3.700	35.513	147.428	3.106	39.024	59.956
Comercial	134.982	368.578	506.419	125.137	379.454	447.003
Rural	64.987	34.562	49.475	63.093	41.504	41.850
Poder público	13.520	107.938	153.826	13.046	93.150	108.888
Iluminação pública	1.897	135.506	81.872	1.880	140.222	96.496
Serviço público	3.259	70.638	98.132	2.798	77.324	73.015
Suprimento - Agente de Distribuição	26	321.697	38.643	24	131.489	26.570
Fornecimento faturado	3.041.246	2.277.667	2.117.535	2.764.874	2.167.372	2.118.375
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	(169.515)	-	-	(109.516)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(9.883)	-	-	(6.701)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.041.246	2.277.667	1.938.137	2.764.874	2.167.372	2.002.158
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	(66.030)	-	-	258.400
Subvenção baixa renda	-	-	20.642	-	-	12.436
Subvenção de recursos da CDE	-	-	70.323	-	-	63.424
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	853	1.010.005	478.149	725	718.290	259.829
Receita de construção	-	-	363.945	-	-	285.980
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	38.793	-	-	53.634
Marcação a mercado de ativo indenizável (a)	-	-	162.499	-	-	80.944
Outras receitas	-	-	37.698	-	-	28.868
Total outras receitas	853	1.010.005	1.106.019	725	718.290	1.043.515
Receita operacional bruta	3.042.099	3.287.672	3.044.156	2.765.599	2.885.662	3.045.673
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(727.126)	-	-	(649.222)
COFINS - corrente	-	-	(133.790)	-	-	(156.550)
PIS - corrente	-	-	(29.046)	-	-	(33.988)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(12.624)	-	-	(14.846)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(285.506)	-	-	(236.287)
Encargos do consumidor - CCRBT (b)	-	-	(48.633)	-	-	(75.752)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.458)	-	-	(2.214)
ISS	-	-	(1.165)	-	-	(1.270)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.240.348)	-	-	(1.170.129)
Receita operacional líquida	3.042.099	3.287.672	1.803.808	2.765.599	2.885.662	1.875.544

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos semestres:

	01.01.2022 a 30.06.2022			Reapresentado		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.818.875	2.599.699	2.035.691	2.555.790	2.731.686	2.393.907
Industrial	3.700	71.915	291.054	3.106	75.465	108.855
Comercial	134.982	761.650	1.042.033	125.137	784.946	889.173
Rural	64.987	74.197	106.644	63.093	86.975	83.921
Poder público	13.520	215.673	302.825	13.046	188.316	210.238
Iluminação pública	1.897	272.437	197.012	1.880	278.439	183.187
Serviço público	3.259	144.453	195.085	2.798	148.679	138.126
Suprimento - Agente de Distribuição	26	445.576	72.216	24	218.913	44.684
Fornecimento faturado	3.041.246	4.585.600	4.242.560	2.764.874	4.513.419	4.052.091
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	396.951	-	-	332.368
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(22.481)	-	-	(17.013)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.041.246	4.585.600	4.617.030	2.764.874	4.513.419	4.367.446
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	142.298	-	-	389.670
Subvenção baixa renda	-	-	39.605	-	-	24.528
Subvenção de recursos da CDE	-	-	142.718	-	-	118.172
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	853	1.975.817	753.639	725	1.201.771	410.750
Receita de construção	-	-	680.810	-	-	457.664
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	44.984	-	-	53.634
Marcação a mercado de ativo indenizável (a)	-	-	291.811	-	-	171.319
Outras receitas	-	-	71.306	-	-	56.183
Total outras receitas	853	1.975.817	2.167.171	725	1.201.771	1.681.920
Receita operacional bruta	3.042.099	6.561.417	6.784.201	2.765.599	5.715.190	6.049.366
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(1.518.463)	-	-	(1.288.989)
COFINS - corrente	-	-	(314.269)	-	-	(367.341)
PIS - corrente	-	-	(68.229)	-	-	(79.752)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(29.304)	-	-	(31.046)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(575.986)	-	-	(399.957)
Encargos do consumidor - CCRBT (b)	-	-	(340.376)	-	-	(114.462)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(4.753)	-	-	(4.426)
ISS	-	-	(2.358)	-	-	(2.495)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.853.738)	-	-	(2.288.468)
Receita operacional líquida	3.042.099	6.561.417	3.930.463	2.765.599	5.715.190	3.760.898

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.5, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor apresentada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim. Dessa forma, para fins de comparabilidade, o impacto no período findo em 30 de junho de 2021 é uma reclassificação de R\$ 171.319 da receita financeira para o resultado operacional.
- (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.5, foi realizada a reclassificação dos Encargos do consumidor (CCRBT), para "Deduções da receita", anteriormente apresentados como "Fornecimento de energia elétrica", no montante de R\$ 114.462



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

a) Nos trimestres

	01.04.2022 a 30.06.2022						01.04.2021 a 30.06.2021					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(22.578)	-	(9.515)	-	-	(32.093)	(27.005)	-	(8.603)	-	-	(35.608)
Material	(6.328)	-	(1.313)	-	-	(7.641)	2.729	-	4.696	-	-	7.425
Serviços de terceiros	(142.692)	(5.555)	(12.189)	-	-	(160.436)	(123.386)	(6.946)	(8.266)	-	-	(138.598)
Energia elétrica comprada para revenda	(656.886)	-	-	-	-	(656.886)	(781.920)	-	-	-	-	(781.920)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(185.843)	-	-	-	-	(185.843)	(198.196)	-	-	-	-	(198.196)
Encargos de serviços do sistema	(53.452)	-	-	-	-	(53.452)	(75.570)	-	-	-	-	(75.570)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	-	-	-	2.978	-	-	-	-	2.978
Depreciação e amortização	(124.173)	-	(5.305)	-	-	(129.478)	(110.521)	-	(3.531)	-	-	(114.052)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(56.752)	-	(56.752)	-	-	-	(140.140)	-	(140.140)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(46.640)	-	(46.640)	-	-	-	(49.663)	-	(49.663)
Custo de construção	(363.945)	-	-	-	-	(363.945)	(285.980)	-	-	-	-	(285.980)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(33.009)	-	-	(33.009)	-	-	(3.337)	-	-	(3.337)
Outras despesas operacionais	(18.976)	-	(19.810)	-	-	(38.786)	(15.039)	-	(22.853)	-	-	(37.892)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	27.946	27.946	-	-	-	-	1.231	1.231
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	112	112	-	-	-	-	(26)	(26)
Subtotal	(1.574.873)	(5.555)	(81.141)	(103.392)	28.058	(1.736.903)	(1.611.910)	(6.946)	(41.894)	(189.803)	1.205	(1.849.348)



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos semestres

	01.01.2022 a 30.06.2022						01.01.2021 a 30.06.2021					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(48.641)	-	(23.354)	-	-	(71.995)	(64.576)	-	(18.549)	-	-	(83.125)
Material	(11.733)	-	(3.008)	-	-	(14.741)	(6.934)	-	4.665	-	-	(2.269)
Serviços de terceiros	(270.293)	(9.645)	(26.910)	-	-	(306.848)	(236.445)	(7.068)	(17.078)	-	-	(260.591)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.401.369)	-	-	-	-	(1.401.369)	(1.573.660)	-	-	-	-	(1.573.660)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(334.603)	-	-	-	-	(334.603)	(389.504)	-	-	-	-	(389.504)
Encargos de serviços do sistema	(192.853)	-	-	-	-	(192.853)	(181.524)	-	-	-	-	(181.524)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	-	-	-	2.978	-	-	-	-	2.978
Depreciação e amortização	(250.082)	-	(10.678)	-	-	(260.760)	(226.036)	-	(7.376)	-	-	(233.412)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(224.740)	-	(224.740)	-	-	-	(231.616)	-	(231.616)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(86.845)	-	(86.845)	-	-	-	(89.468)	-	(89.468)
Custo de construção	(680.810)	-	-	-	-	(680.810)	(457.664)	-	-	-	-	(457.664)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(57.691)	-	-	(57.691)	-	-	(25.953)	-	-	(25.953)
Outras despesas operacionais	(32.409)	-	(30.734)	-	-	(63.143)	(36.774)	-	(36.048)	-	-	(72.822)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	52.738	52.738	-	-	-	-	2.360	2.360
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	269	269	-	-	-	-	121	121
Subtotal	(3.222.793)	(9.645)	(152.375)	(311.585)	53.007	(3.643.391)	(3.170.139)	(7.068)	(100.339)	(321.084)	2.481	(3.596.149)



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

			Reapresentado	Reapresentado
	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	5.284	13.074	909	2.806
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	18.858	30.682	7.841	16.369
Variação cambial	1.539	2.349	689	689
Variação cambial de dívida	305.369	387.184	92.313	325.356
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	35	35	(105.235)	282.369
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	-	1	4.213
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	-	-	1.895	4.906
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	34.330	43.902	2.881	10.423
Juros fundo de pensão	443	886	-	-
Outras receitas financeiras	1.506	15.775	3.864	6.671
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.879)	(4.962)	(1.257)	(1.745)
Subtotal	364.485	488.925	3.901	652.057
Despesas financeiras				
Variação cambial	(732)	(805)	(2.996)	(4.771)
Variação cambial de dívidas	(428.912)	-	105.244	(282.360)
Dívida - Marcação a mercado	-	-	-	(2.158)
Encargos de dívidas	(1.904)	(7.390)	(15.597)	(31.239)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(22.052)	(13.576)	(1.412)	(16.503)
Juros debêntures	-	-	(8.460)	(13.696)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(42.889)	(70.479)	(17.876)	(39.086)
Encargos fundo de pensão	(6.705)	(13.409)	(9.730)	(19.461)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	123.507	(387.221)	(92.323)	(325.374)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(95.070)	(172.119)	(6.418)	(8.968)
Encargos de mútuos	(84.075)	(161.863)	(25.378)	(42.491)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	71	155	133	278
IOF/IOC	(304)	(1.657)	(11)	(55)
Apropriação custo de transação	-	-	(82)	(163)
Juros em arrendamento	(612)	(1.323)	(641)	(1.336)
Outras despesas financeiras	(11.345)	(22.297)	(6.618)	(12.875)
Subtotal	(571.022)	(851.984)	(82.165)	(800.258)
Total do resultado financeiro	(206.537)	(363.059)	(78.264)	(148.201)

29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Nos trimestres:

	01.04.2022 a 30.06.2022		01.04.2021 a 30.06.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	35.986	12.575	(40.713)	(14.666)
Diferidos	(372)	(136)	34.033	12.261
Total	35.614	12.439	(6.680)	(2.405)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(139.632)	(139.632)	(52.068)	(52.068)
Adições:				
Gratificação a administradores	3.811	3.811	14.023	14.023
Perdão de dívida	-	-	2.462	2.462
Outras despesas indedutíveis	(2.386)	(2.386)	1.530	1.530
Total das adições	1.425	1.425	18.015	18.015
Base de cálculo	(138.207)	(138.207)	(34.053)	(34.053)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	15%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	10%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	34.552	12.439	8.380	3.065
Complemento de variação cambial não realizada	1.062	-	(15.060)	(5.470)
Total da despesa com tributos	35.614	12.439	(6.680)	(2.405)
Alíquota efetiva	25,51%	8,91%	-12,83%	-4,62%

b) Nos semestres:

	01.01.2022 a 30.06.2022		01.01.2021 a 30.06.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(88.235)	(32.153)	(87.355)	(31.466)
Diferidos	105.796	38.082	63.661	22.886
Total	17.561	5.929	(23.694)	(8.580)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(75.987)	(75.987)	16.548	16.548
Adições:				
Gratificação a administradores	8.893	8.893	14.819	14.819
Perdão de dívida	32	32	1.774	1.774
Outras despesas indedutíveis	(2.271)	(2.271)	1.418	1.418
Total das adições	6.654	6.654	18.011	18.011
Base de cálculo	(69.333)	(69.333)	34.559	34.559
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	17.339	6.240	(8.634)	(3.110)
Complemento de variação cambial não realizada	222	(311)	(15.060)	(5.470)
Total da despesa com tributos	17.561	5.929	(23.694)	(8.580)
Alíquota efetiva	23,11%	7,80%	143,18%	51,85%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.06.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	237.906	222.768	15.138	7.344	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	184.580	92.358	92.222	111.520	-	-
Benefício pós-emprego	226.289	220.989	-	-	5.300	(38.162)
Instrumentos financeiros derivativos	173.856	-	173.856	3.390	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	32.629	14.028	-	-	18.601	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.367	1.790	(423)	(801)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	156.035	208.078	(52.043)	(50.929)	-	-
Outras provisões	44.684	38.069	6.615	5.223	-	-
Total dos diferidos ativos	1.057.346	798.080	235.365	75.747	23.901	(38.162)
Tributos diferidos passivos:						
Ativo indenizável (concessão)	(621.398)	(521.007)	(100.391)	(58.248)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(8.904)	8.904	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	-	-	69.048	-	1.174
Total dos diferidos passivos	(621.398)	(529.911)	(91.487)	10.800	-	1.174
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	435.948	268.169	143.878	86.547	23.901	(36.988)

- (a) Conforme orientação publicada pelo IBRACON em circular 09/21 e decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Tema nº 962, a Companhia constituiu o montante de R\$ 57.426 de ativo a recuperar de IRPJ e CSLL sobre os efeitos da atualização pela selic dos débitos tributários. A Companhia possui ação judicial própria em andamento. O referido montante compõe parte do saldo de prejuízo fiscal e base negativa em 30 de junho de 2022.

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2022, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

30. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.1 Instrumentos financeiros

30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			30.06.2022		31.12.2021	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	468.539	468.539	240.971	240.971
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	122.563	122.563	116.718	116.718
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.067.398	2.067.398	2.096.634	2.096.634
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	254.175	254.175	406.861	406.861
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	2.239	2.239	58.250	58.250
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	5.897.631	5.897.631	5.287.315	5.287.315
Total do ativo			8.812.545	8.812.545	8.206.749	8.206.749
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.246.376	2.267.798	2.847.018	2.879.278
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	2.756.205	2.388.592	3.129.013	2.658.421
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	609.545	609.545	73.316	73.316
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	44.390	44.390	41.519	41.519
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	232.581	232.581	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.211.985	1.211.985	1.358.499	1.358.499
Total do passivo			7.101.082	6.754.891	7.449.365	7.011.033

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos. A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte				BRL	
Contrato de swap	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	30.06.2022	31.12.2021
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	1.782	17.764
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(35.071)	(8.711)
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(20.426)	(5.049)
CREDIT AGRICOLE	28/06/2021	03/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,53% aa	(52.777)	10.926
HSBC BANK	08/07/2021	10/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,66% aa	(58.958)	3.854
ITAÚ S.A.	03/09/2021	03/09/2024	EUR + 1,53%aa CDI + 1,79% aa	(72.361)	(394)
HSBC BANK II	13/10/2021	14/10/2024	EUR + 1,59%aa CDI + 1,77% aa	(70.219)	(9.432)
Bradesco	14/12/2021	16/12/2024	EUR + 1,65%aa CDI + 1,78% aa	(85.515)	(5.038)
BNP PARIBAS S.A III	28/12/2021	31/12/2022	EUR + 1,06%aa CDI + 1,23% aa	(213.761)	(18.986)

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	333.416
Juros SWAP	(4.062)
Variação cambial SWAP	(43.005)
Marcação a mercado no resultado	4.213
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(3.452)
Pagamentos de juros	(2.849)
Recebimentos Principal	(232.565)
Saldos em 30 de junho de 2021	51.696
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(15.066)
Juros SWAP	(172.118)
Variação cambial SWAP	(387.186)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(54.708)
Recebimentos de juros	21.772
Saldos em 30 de junho de 2022	(607.306)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 30 de junho de 2022 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 23.12.20 BNP PARIBAS 4131 II	1.782	4.516	(2.734)	-	199.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.02.21 Scotiabank 4131 III	(35.071)	(16.463)	(18.608)	1	200.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 26.02.21 Scotiabank 4131 IV	(20.426)	(8.922)	(11.504)	2	120.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 28.06.21 EFI - Credit Agreement III 50MEUR	(52.777)	(46.362)	(6.415)	3	294.500	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 08.07.21 EFI - Credit Agreement IV 50MEUR	(58.958)	(53.363)	(5.595)	4	299.800	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 03.09.21 EFI - Credit Agreement V 50MEUR	(72.361)	(57.990)	(14.371)	5	306.765	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 12.10.21 EFI - Credit Agreement VI 40MEUR	(70.219)	(57.863)	(12.356)	6	257.600	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 14.12.21 EFI - Credit Agreement VII 55MEUR	(85.515)	(66.802)	(18.713)	7	347.881	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 28.12.22 EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR	(213.761)	(208.091)	(5.670)	8	1.025.952	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	(607.306)	(511.340)	(95.966)	36	3.052.497	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de junho de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

30.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios da Companhia, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos;

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Gestão de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**(b.1) Risco de crédito**

Em 30 de junho de 2022 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	468.539	240.971
Títulos e valores mobiliários	122.563	116.718
Instrumentos financeiros derivativos	(607.306)	(15.066)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	2.067.398	2.096.634
Ativos financeiros setoriais	254.175	406.861
Ativo indenizável (concessão)	5.897.631	5.287.315
	8.203.000	8.133.433

Em 30 de junho de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2022	31.12.2021
AAA	500.668	346.311
AA+	2.676	4.855
AA	77.018	812
Total geral	580.362	351.978

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.06.2022	31.12.2021
AA-	(607.306)	(15.066)
Total geral	(607.306)	(15.066)

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

(b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	30.06.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	5.002.581	5.976.031
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 31)	607.306	15.066
Dívida	5.609.887	5.991.097
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(468.539)	(240.971)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(122.563)	(116.718)
Dívida líquida (a)	5.018.785	5.633.408
Patrimônio líquido (b)	4.764.887	3.712.964
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	51%	60%

O índice de endividamento em 30 de junho de 2022 é de 51% (60% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.300.000. Recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 2.500.000, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800.000. dos quais em 30 de junho de 2022, estavam disponíveis R\$ 1.257.683.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.156.521, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
30 de junho de 2022					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	7.934	7.950	1.109.933	1.701.673	2.827.490
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	-	1.644.923	887.183	2.532.106
Total	7.934	7.950	2.754.856	2.588.856	5.359.596

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
30 de junho de 2022					
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	55.276	52.142	384.948	571.228	1.063.594
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	55.276	52.142	384.948	571.228	1.063.594

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía 98,72% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2022	%	31.12.2021	%
Selic	21.132	3,64%	20.167	5,73%
CDI	559.230	96,36%	331.811	94,27%
Total	580.362	100,00%	351.978	100,00%

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	5.897.631	100%	5.287.315	100%
Total	5.897.631	100%	5.287.315	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.06.2022	%	31.12.2021	%
Taxa fixa	71.844	1,28%	619.722	10,34%
CDI	5.538.043	98,72%	5.371.375	89,66%
Total	5.609.887	100,00%	5.991.097	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2022 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Base	Cenários projetados - Jun.2022		
Ativos	Risco	30.06.2022	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da	20.682	2.850	2.138	1.425
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	216.086	29.777	22.333	14.889
Ativo indenizável	Redução do IPCA	5.538.331	372.121	279.091	186.061
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do CDI	(3.299.245)	(381.786)	(461.174)	(538.471)
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Dólar	487.287	19.562	106.888	179.454
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Euro	2.204.651	(21.546)	375.685	705.775
Empréstimos e financiamentos	Pré-fixado	(7.578)	(206)	(206)	(206)
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(515.280)	(21.244)	(114.609)	(192.194)
Empréstimos e financiamentos	Alta do Euro	(2.240.924)	21.211	(383.892)	(720.523)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(2.238.798)	(230.515)	(278.368)	(324.963)
		165.212	(209.776)	(452.114)	(688.753)
		Taxas utilizadas	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%
		CDI	13,78%	17,23%	20,67%
		IPCA	6,72%	8,40%	10,08%

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Indexador do contrato (empréstimos e financiamentos, debentures e derivativos)	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	(612.301)	(739.542)	(127.241)	(863.434)	(251.133)
FIXO	(2.223)	(16.134)	(13.911)	(27.694)	(25.471)
Total	(614.524)	(755.676)	(141.152)	(891.128)	(276.604)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP PARIBAS 4131 II	(784)	(23.889)	(23.105)	(43.089)	(42.305)
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	774	23.581	22.807	42.534	41.760
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PP	(13.575)	(16.553)	(2.978)	(19.453)	(5.878)
SCOTIABANK 4131 III	(12.793)	(56.724)	(43.931)	(93.230)	(80.437)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PA	11.757	52.132	40.375	85.683	73.926
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	(30.635)	(37.035)	(6.400)	(43.266)	(12.631)
SCOTIABANK 4131 IV	(7.667)	(33.996)	(26.329)	(55.875)	(48.208)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PA	7.031	31.174	24.143	51.237	44.206
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	(18.241)	(22.052)	(3.811)	(25.761)	(7.520)
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	(3.148)	(65.923)	(62.775)	(118.088)	(114.940)
SWAP PA	3.100	64.909	61.809	116.272	113.172
SWAP PP	(47.110)	(56.917)	(9.807)	(66.465)	(19.355)
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	(3.136)	(65.665)	(62.529)	(117.625)	(114.489)
SWAP PA	3.088	64.656	61.568	115.817	112.729
SWAP PP	(48.292)	(58.254)	(9.962)	(67.953)	(19.661)
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	(3.780)	(66.319)	(62.539)	(118.287)	(114.507)
SWAP PA	3.668	64.350	60.682	114.776	111.108
SWAP PP	(50.088)	(60.333)	(10.245)	(70.308)	(20.220)
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	(3.148)	(53.116)	(49.968)	(94.638)	(91.490)
SWAP PA	3.064	51.698	48.634	92.111	89.047
SWAP PP	(41.877)	(50.455)	(8.578)	(58.806)	(16.929)
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	(4.512)	(73.310)	(68.798)	(130.479)	(125.967)
SWAP PA	4.351	70.695	66.344	125.826	121.475
SWAP PP	(55.658)	(67.051)	(11.393)	(78.142)	(22.484)
EFI - Credit Agreement VIII 160 MEUR	38.935	(59.559)	(98.494)	(141.406)	(180.341)
SWAP PA	(38.816)	59.377	98.193	140.972	179.788
SWAP PP	(76.309)	(92.526)	(16.217)	(108.318)	(32.009)
Total Despesa	(383.801)	(477.105)	(93.304)	(565.961)	(182.160)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2022 (em reais).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos em Moeda Estrangeira	2022
Empréstimos e Financiamento	2.756.205
Exposição Patrimonial	2.756.205
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(2.691.939)
Exposição Cambial Total	64.266

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 1.594.489 em 2022, R\$ 3.156.648 em 2023, R\$ 3.215.062 em 2024, R\$ 3.202.711 em 2025 e R\$ 48.044.858 após 2025.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao semestre findo em 30 de junho de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

32. Participação nos resultados

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 7.299 e R\$ 14.037, respectivamente.

33. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Bens segurados	Riscos cobertos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 1.700.580	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	-	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	-	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	-	R\$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	-	R\$ 1.000

34. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.06.2022	30.06.2021
Compensação CDE (nota 8)	25.969	25.969

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.06.2022	30.06.2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(49.634)	(41.441)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(155)	(278)
	(49.789)	(41.719)

Conciliação das atividades de financiamento:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.06.2022	30.06.2021	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	180.880	910.000	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(886.610)	(814.331)	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(8.922)	(6.813)	19	Obrigações por arrendamentos
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	232.565	30	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>(714.652)</u>	<u>321.421</u>		

35. Eventos subsequentes

Revisão tarifária extraordinária 2022

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 13 de julho de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +7,25% composto por (i) reajuste econômico de +10,89%, sendo +7,43% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,64%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -11,47%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -4,22%.

O reajuste tarifário médio de -4,22% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -3,86% e -4,34% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário Extraordinário 2022	
Encargos Setoriais	6,33%
Custos de transmissão	-1,33%
Custos de aquisição de energia	1,55%
Receita Irrecuperável	0,88%
Parcela A	7,43%
Parcela B	3,46%
Reajuste Econômico	10,89%
CVA Total	12,96%
Financeiro de bandeira escassez hídrica	-5,35%
Crédito Pis/Cofins	-8,16%
Previsão risco hidrológico	2,64%
Reversão risco hidrológico	-2,51%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-3,22%
Reajuste Financeiro	-3,64%
Índice de Reajuste Total	7,25%
Efeito da retirada dos componetes financeiros do processo anterior	-11,47%
Efeito Para o Consumidor	-4,22%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) **Parcela A:** Reajustada em +11,0%, representando +7,43% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais - aumento de +38,9%, representando +6,33% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 ("CDE COVID") e o orçamento da CDE Uso para o ano de 2022, além dos encargos de serviço do sistema ("ESS") e PROINFA devido à escassez hídrica;
 - Energia comprada - aumento de +4,0%, decorrente principalmente da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +1,56% no reajuste econômico;
 - Encargos de transmissão - queda de -9,9% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e queda dos valores com transporte de Itaipu, representando -1,33% no reajuste econômico;
 - Receitas Irrecuperáveis - aumento de +84,5% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,88% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em +11,3%, representando uma participação de +3,46% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IPCA de 10,54%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2022; e
 - Fator X de -0,62%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,10%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,52%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de -R\$ 236.400, dentre os quais destacam-se: R\$ 792.254 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); neutralidade de encargos setoriais positivo de R\$ 42.699; sobrecontratação negativa de R\$ 135.264; diferimentos devido à escassez hídrica negativo de R\$ 132.692; e, previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 172.031.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais - ITR
Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria da Companhia

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período social encerrado em 30 de junho de 2022.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2022.

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora Presidente

Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção

Mihai Peste
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretora de Mercado

Vago
Diretor de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §

1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período social encerrado em 30 de junho de 2022.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2022.

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora Presidente

Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção

Mihai Peste
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretora de Mercado

Vago
Diretor de Compras